



# Demonstrações Contábeis 2021

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
CNPJ Nº 33.719.485/0001-27

**BALANÇO PATRIMONIAL**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

ATIVO	Notas Explicativas	2021	2020	Variação %
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.851.916.014,67</b>	<b>3.292.467.781,95</b>	<b>17,0%</b>
Disponível		106.502,13	105.574,53	0,9%
Realizável		3.851.809.512,54	3.292.362.207,42	17,0%
Aplicações Financeiras	4	3.690.842.213,05	3.146.843.392,02	17,3%
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		3.411.800.847,79	2.794.441.960,82	22,1%
Aplicações Livres		279.041.365,26	352.401.431,20	-20,8%
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	115.873.933,82	103.747.883,84	11,7%
Contraprestações Pecuniárias/Prêmio a Receber	5.a	44.267.734,11	40.901.227,44	8,2%
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis	5.b	25.266.091,53	12.250.023,95	106,3%
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	5.c	46.340.108,18	50.596.632,45	-8,4%
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	6	15.048.025,27	10.360.803,23	45,2%
Créditos Tributários e Previdenciários	7	7.112.726,49	7.105.643,76	0,1%
Bens e Títulos a Receber	8	14.477.867,93	20.770.050,50	-30,3%
Despesas Antecipadas	9	8.454.745,98	3.534.434,07	139,2%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>222.100.661,27</b>	<b>348.415.244,81</b>	<b>-36,3%</b>
Realizável a Longo Prazo		161.676.287,55	235.613.252,00	-31,4%
Aplicações Financeiras	4	108.988.119,53	123.869.924,92	-12,0%
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	122.523.058,34	-100,0%
Aplicações Livres		108.988.119,53	1.346.866,58	-x-
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	49.044.206,68	107.130.807,47	-54,2%
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	10	3.643.961,34	4.612.519,61	-21,0%
Investimentos	11	10.121.614,75	63.815.626,45	-84,1%
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		-	53.694.011,70	-100,0%
Outros Investimentos		10.121.614,75	10.121.614,75	0,0%
Imobilizado	12	26.342.554,29	25.689.247,20	2,5%
Imóveis de Uso Próprio		8.508.705,28	8.788.184,57	-3,2%
Imobilizado de Uso Próprio		17.209.354,97	14.972.779,47	14,9%
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		17.209.354,97	14.972.779,47	14,9%
Imobilizações em Curso		10.929,11	1.027.906,89	-98,9%
Outras Imobilizações		613.564,93	900.376,27	-31,9%
Intangível	13	23.960.204,68	23.297.119,16	2,8%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.074.016.675,94</b>	<b>3.640.883.026,76</b>	<b>11,9%</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.613.152.742,43</b>	<b>1.485.499.465,23</b>	<b>8,6%</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	1.402.356.871,72	1.243.612.402,83	12,8%
Provisões de Prêmios / Contraprestações		119.899.536,47	117.113.864,05	2,4%
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG		119.899.536,47	117.113.864,05	2,4%
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		5.867.218,32	8.538.308,35	-31,3%
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		605.251.923,48	641.437.697,99	-5,6%
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		671.338.193,45	476.522.532,44	40,9%
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	15.a	4.355.694,02	95.718.181,06	-95,4%
Contraprestações / Prêmios a Restituir		605.642,31	348.901,41	73,6%
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		3.513.301,84	95.328.466,22	-96,3%
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		236.749,87	40.813,43	480,1%
Provisões		61.449.850,65	51.814.872,55	18,6%
Provisões para Ações Judiciais	16	61.449.850,65	51.814.872,55	18,6%
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	61.975.905,58	39.136.947,47	58,4%
Débitos Diversos	15.b	83.014.420,46	55.217.061,32	50,3%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>138.876.552,44</b>	<b>177.866.592,58</b>	<b>-21,9%</b>
Provisões	16	138.876.552,44	177.866.592,58	-21,9%
Provisões para Ações Judiciais		138.876.552,44	177.866.592,58	-21,9%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>18</b>	<b>2.321.987.381,07</b>	<b>1.977.516.968,95</b>	<b>17,4%</b>
Capital Social / Patrimônio Social		2.331.218.995,36	1.977.849.580,27	17,9%
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(9.231.614,29)	(332.611,32)	-x-
Ganhos/Perdas Não Realizados c/ Títulos e Valores Mobiliários		(9.231.614,29)	(332.611,32)	-x-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4.074.016.675,94</b>	<b>3.640.883.026,76</b>	<b>11,9%</b>

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
CNPJ 33.719.485/0001-27

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

**Consolidado CASSI**

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Variação
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>6.335.004.577,06</b>	<b>6.086.469.514,29</b>	<b>4,1%</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		6.351.280.346,10	6.113.590.940,26	3,9%
Contraprestações Líquidas		6.351.280.346,10	6.113.590.940,26	3,9%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(16.275.769,04)	(27.121.425,97)	-40,0%
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(5.771.261.365,67)</b>	<b>(4.715.591.946,80)</b>	<b>22,4%</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(5.576.445.704,66)	(4.694.002.428,04)	18,8%
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(194.815.661,01)	(21.589.518,76)	802,4%
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>563.743.211,39</b>	<b>1.370.877.567,49</b>	<b>-58,9%</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	342.479.663,18	192.256.767,01	78,1%
Outras Receitas Operacionais		342.479.663,18	192.256.767,01	78,1%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(172.587.164,78)	(153.546.694,93)	12,4%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(116.370.962,02)	(112.374.563,83)	3,6%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(43.287.753,51)	(40.349.765,99)	7,3%
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(12.928.449,25)	(822.365,11)	-x-
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	(143.854.370,99)	(387.709,21)	-x-
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>589.781.338,80</b>	<b>1.409.199.930,36</b>	<b>-58,1%</b>
<b>Despesa de Comercialização</b>		<b>(3.175,03)</b>	-	
Comissão/Agenciamento		(3.175,03)	-	-x-
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>22</b>	<b>(383.393.192,02)</b>	<b>(334.830.174,64)</b>	<b>14,5%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>23</b>	<b>145.984.022,57</b>	<b>59.319.916,32</b>	<b>146,1%</b>
Receitas Financeiras		181.231.213,54	77.724.941,04	133,2%
Despesas Financeiras		(35.247.190,97)	(18.405.024,72)	91,5%
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>24</b>	<b>1.000.420,77</b>	<b>(542.348,27)</b>	<b>-x-</b>
Receitas Patrimoniais		1.290.074,93	1.316.687,95	-2,0%
Despesas Patrimoniais		(289.654,16)	(1.859.036,22)	-84,4%
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>353.369.415,09</b>	<b>1.133.147.323,77</b>	<b>-68,8%</b>
Imposto de Renda		-	-	-x-
Contribuição Social		-	-	-x-
Impostos Diferidos		-	-	-x-
Participações sobre o Lucro		-	-	-x-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>353.369.415,09</b>	<b>1.133.147.323,77</b>	<b>-68,8%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
CNPJ 33.719.485/0001-27

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

**Associados**

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Variação
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>3.392.094.140,66</b>	<b>3.227.186.107,33</b>	<b>5,1%</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		3.396.791.774,70	3.236.577.961,76	5,0%
Contraprestações Líquidas		3.396.791.774,70	3.236.577.961,76	5,0%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.697.634,04)	(9.391.854,43)	-50,0%
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(3.376.056.665,33)</b>	<b>(2.688.670.923,55)</b>	<b>25,6%</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(3.267.486.017,75)	(2.677.038.616,19)	22,1%
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(108.570.647,58)	(11.632.307,36)	833,4%
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>16.037.475,33</b>	<b>538.515.183,78</b>	<b>-97,0%</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	324.362.482,48	173.993.375,60	86,4%
Outras Receitas Operacionais		324.362.482,48	173.993.375,60	86,4%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(60.393.374,32)	(36.474.285,30)	65,6%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(35.501.601,93)	(16.518.197,31)	114,9%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(21.348.732,64)	(19.072.915,43)	11,9%
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.543.039,75)	(883.172,56)	301,2%
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	(53.866,05)	(217.888,36)	-75,3%
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>279.952.717,44</b>	<b>675.816.385,72</b>	<b>-58,6%</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>22</b>	<b>(165.761.088,28)</b>	<b>(4.517.079,78)</b>	<b>-x-</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>23</b>	<b>92.640.113,51</b>	<b>37.416.444,02</b>	<b>147,6%</b>
Receitas Financeiras		113.962.572,37	48.819.143,00	133,4%
Despesas Financeiras		(21.322.458,86)	(11.402.698,98)	87,0%
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>24</b>	<b>711.178,82</b>	<b>(652.234)</b>	<b>-x-</b>
Receitas Patrimoniais		1.005.034,71	1.206.997,33	-16,7%
Despesas Patrimoniais		(293.855,89)	(1.859.231,48)	-84,2%
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>207.542.921,49</b>	<b>708.063.515,81</b>	<b>-70,7%</b>
Imposto de Renda		-	-	-x-
Contribuição Social		-	-	-x-
Impostos Diferidos		-	-	-x-
Participações sobre o Lucro		-	-	-x-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>207.542.921,49</b>	<b>708.063.515,81</b>	<b>-70,7%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
CNPJ 33.719.485/0001-27

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

**Dependentes Indiretos**

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Variação
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>35.804.330,53</b>	<b>35.813.890,67</b>	<b>0,0%</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		35.827.715,59	35.861.762,50	-0,1%
Contraprestações Líquidas		35.827.715,59	35.861.762,50	-0,1%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(23.385,06)	(47.871,83)	-51,2%
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(48.954.907,00)</b>	<b>(44.799.813,44)</b>	<b>9,3%</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(47.454.009,31)	(45.070.117,81)	5,3%
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.500.897,69)	270.304,37	-x-
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>(13.150.576,47)</b>	<b>(8.985.922,77)</b>	<b>46,3%</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	6.610,97	1.739.109,02	-99,6%
Outras Receitas Operacionais		6.610,97	1.739.109,02	-99,6%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(695.345,18)	(989.192,21)	-29,7%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(435.015,31)	(756.125,26)	-42,5%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(194.402,08)	(220.176,18)	-11,7%
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(65.927,79)	(12.890,77)	411,4%
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	49,10	(1.536,05)	-x-
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(13.839.261,58)</b>	<b>(8.237.542,01)</b>	<b>68,0%</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>22</b>	<b>(1.579.321,20)</b>	<b>(4.113.254,05)</b>	<b>-61,6%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>23</b>	<b>9.949,52</b>	<b>8.409,30</b>	<b>18,3%</b>
Receitas Financeiras		20.540,59	22.567,86	-9,0%
Despesas Financeiras		(10.591,07)	(14.158,56)	-25,2%
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>24</b>	<b>1.358,79</b>	<b>549,41</b>	<b>147,3%</b>
Receitas Patrimoniais		1.318,81	547,84	140,7%
Despesas Patrimoniais		39,98	1,57	-x-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>(15.407.274,47)</b>	<b>(12.341.837,35)</b>	<b>24,8%</b>
Imposto de Renda		-	-	-x-
Contribuição Social		-	-	-x-
Impostos Diferidos		-	-	-x-
Participações sobre o Lucro		-	-	-x-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(15.407.274,47)</b>	<b>(12.341.837,35)</b>	<b>24,8%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
CNPJ 33.719.485/0001-27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Plano de Associados (Associados e Dependentes Indiretos)

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Varição
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>3.427.898.471,19</b>	<b>3.262.999.998,00</b>	<b>5,1%</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		3.432.619.490,29	3.272.439.724,26	4,9%
Contraprestações Líquidas		3.432.619.490,29	3.272.439.724,26	4,9%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.721.019,10)	(9.439.726,26)	-50,0%
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(3.425.011.572,33)</b>	<b>(2.733.470.736,99)</b>	<b>25,3%</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(3.314.940.027,06)	(2.722.108.734,00)	21,8%
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(110.071.545,27)	(11.362.002,99)	868,8%
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>2.886.898,86</b>	<b>529.529.261,01</b>	<b>-99,5%</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	324.369.093,45	175.732.484,62	84,6%
Outras Receitas Operacionais		324.369.093,45	175.732.484,62	84,6%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(61.088.719,50)	(37.463.477,51)	63,1%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(35.936.617,24)	(17.274.322,57)	108,0%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(21.543.134,72)	(19.293.091,61)	11,7%
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.608.967,54)	(896.063,33)	302,8%
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	(53.816,95)	(219.424,41)	-75,5%
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>266.113.455,86</b>	<b>667.578.843,71</b>	<b>-60,1%</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>22</b>	<b>(167.340.409,48)</b>	<b>(8.630.333,83)</b>	<b>-x-</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>23</b>	<b>92.650.063,03</b>	<b>37.424.853,32</b>	<b>147,6%</b>
Receitas Financeiras		113.983.112,96	48.841.710,86	133,4%
Despesas Financeiras		(21.333.049,93)	(11.416.857,54)	86,9%
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>24</b>	<b>712.537,61</b>	<b>(651.684,74)</b>	<b>-x-</b>
Receitas Patrimoniais		1.006.353,52	1.207.545,17	-16,7%
Despesas Patrimoniais		(293.815,91)	(1.859.229,91)	-84,2%
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>192.135.647,02</b>	<b>695.721.678,46</b>	<b>-72,4%</b>
Imposto de Renda		-	-	-x-
Contribuição Social		-	-	-x-
Impostos Diferidos		-	-	-x-
Participações sobre o Lucro		-	-	-x-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>192.135.647,02</b>	<b>695.721.678,46</b>	<b>-72,4%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
CNPJ 33.719.485/0001-27

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
**CASSI Família I**

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Variação
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>754.038.855,15</b>	<b>738.884.071,23</b>	<b>2,1%</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		756.337.540,79	742.519.393,98	1,9%
Contraprestações Líquidas		756.337.540,79	742.519.393,98	1,9%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(2.298.685,64)	(3.635.322,75)	-36,8%
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(580.702.692,33)</b>	<b>(496.327.748,57)</b>	<b>17,0%</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(560.430.627,62)	(495.093.424,53)	13,2%
Eventos Conhecidos de Assistência Médico-Hospitalar	21.a	(585.271.621,38)	(523.266.153,35)	11,8%
Recuperação de Eventos Conhecidos de Assistência Médico-Hospitalar	21.b	24.840.993,76	28.172.728,82	-11,8%
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(20.272.064,71)	(1.234.324,04)	-x-
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>173.336.162,82</b>	<b>242.556.322,66</b>	<b>-28,5%</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	6.418.230,75	4.897.033,34	31,1%
Outras Receitas Operacionais		6.418.230,75	4.897.033,34	31,1%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(27.610.270,55)	(29.792.763,27)	-7,3%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(22.054.053,68)	(24.197.596,34)	-8,9%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(4.443.931,88)	(4.941.014,67)	-10,1%
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(1.112.284,99)	(654.152,26)	70,0%
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	(55.634.506,16)	(35.948,70)	-x-
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>96.509.616,86</b>	<b>217.624.644,03</b>	<b>-55,7%</b>

As Despesas Administrativas e os Resultados Financeiro/Patrimonial são apresentados no Consolidado - Plano CASSI FAMÍLIA I e II.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
CNPJ 33.719.485/0001-27

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
**CASSI Família II**

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Varição
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>2.143.790.803,15</b>	<b>2.084.585.445,06</b>	<b>2,8%</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		2.152.979.892,63	2.098.631.822,02	2,6%
Contraprestações Líquidas		2.152.979.892,63	2.098.631.822,02	2,6%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(9.189.089,48)	(14.046.376,96)	-34,6%
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(1.761.008.833,15)</b>	<b>(1.485.793.461,24)</b>	<b>18,5%</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(1.697.008.642,19)	(1.476.800.269,51)	14,9%
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(64.000.190,96)	(8.993.191,73)	611,7%
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>382.781.970,00</b>	<b>598.791.983,82</b>	<b>-36,1%</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	11.691.605,20	11.627.249,05	0,6%
Outras Receitas Operacionais		11.691.605,20	11.627.249,05	0,6%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(83.408.487,22)	(86.290.456,15)	-3,3%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(58.229.593,64)	(70.902.646,92)	-17,9%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(17.170.377,15)	(16.115.659,71)	6,5%
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(8.008.516,43)	727.850,48	-x-
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	(87.967.920,24)	(132.334,10)	-x-
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>223.097.167,74</b>	<b>523.996.442,62</b>	<b>-57,4%</b>

As Despesas Administrativas e os Resultados Financeiro/Patrimonial são apresentados no Consolidado - Plano CASSI FAMÍLIA I e II.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL  
CNPJ 33.719.485/0001-27

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
**Plano CASSI Família (CASSI Família I e CASSI Família II)**

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Variação
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>2.897.829.658,30</b>	<b>2.823.469.516,29</b>	<b>2,6%</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		2.909.317.433,42	2.841.151.216,00	2,4%
Contraprestações Líquidas		2.909.317.433,42	2.841.151.216,00	2,4%
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(11.487.775,12)	(17.681.699,71)	-35,0%
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(2.341.711.525,48)</b>	<b>(1.982.121.209,81)</b>	<b>18,1%</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(2.257.439.269,81)	(1.971.893.694,04)	14,5%
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(84.272.255,67)	(10.227.515,77)	724,0%
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>556.118.132,82</b>	<b>841.348.306,48</b>	<b>-33,9%</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	18.109.835,95	16.524.282,39	9,6%
Outras Receitas Operacionais		18.109.835,95	16.524.282,39	9,6%
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(111.018.757,77)	(116.083.219,42)	-4,4%
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(80.283.647,32)	(95.100.243,26)	-15,6%
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(21.614.309,03)	(21.056.674,38)	2,6%
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(9.120.801,42)	73.698,22	-x-
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	(143.602.426,40)	(168.282,80)	-x-
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>319.606.784,60</b>	<b>741.621.086,65</b>	<b>-56,9%</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>22</b>	<b>(215.149.573,88)</b>	<b>(326.199.840,81)</b>	<b>-34,0%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>23</b>	<b>53.222.537,20</b>	<b>21.895.063,00</b>	<b>143,1%</b>
Receitas Financeiras		67.103.304,39	28.883.230,18	132,3%
Despesas Financeiras		(13.880.767,19)	(6.988.167,18)	98,6%
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>24</b>	<b>287.430,67</b>	<b>109.336,47</b>	<b>162,9%</b>
Receitas Patrimoniais		283.273,70	109.142,78	159,5%
Despesas Patrimoniais		4.156,97	193,69	-x-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>157.967.178,59</b>	<b>437.425.645,31</b>	<b>-63,9%</b>
Imposto de Renda		-	-	-x-
Contribuição Social		-	-	-x-
Impostos Diferidos		-	-	-x-
Participações sobre o Lucro		-	-	-x-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>157.967.178,59</b>	<b>437.425.645,31</b>	<b>-63,9%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
CNPJ 33.719.485/0001-27

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**  
**CASSI ESSENCIAL**

Operações	Notas Explicativas	2021	2020	Varição
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b>19</b>	<b>9.276.447,57</b>	-	<b>-X-</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		9.343.422,39	-	-X-
Contraprestações Líquidas		9.343.422,39	-	-X-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(66.974,82)	-	-X-
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>20</b>	<b>(4.538.267,86)</b>	-	<b>-X-</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(4.066.407,79)	-	-X-
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(471.860,07)	-	-X-
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>4.738.179,71</b>	-	<b>-X-</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	21.a	733,78	-	-X-
Outras Receitas Operacionais		733,78	-	-X-
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	21.b	(479.687,51)	-	-X-
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(150.697,46)	-	-X-
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(130.309,76)	-	-X-
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(198.680,29)	-	-X-
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	21.b	(198.127,64)	-	-X-
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>4.061.098,34</b>	-	<b>-X-</b>
<b>Despesa de Comercialização</b>		<b>(3.175,03)</b>	-	<b>-X-</b>
Comissão/Agenciamento		(3.175,03)	-	-X-
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>22</b>	<b>(903.208,66)</b>	-	<b>-X-</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>24</b>	<b>111.422,34</b>	-	<b>-X-</b>
Receitas Financeiras		144.796,19	-	-X-
Despesas Financeiras		(33.373,85)	-	-X-
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>25</b>	<b>452,49</b>	-	<b>-X-</b>
Receitas Patrimoniais		447,71	-	-X-
Despesas Patrimoniais		4,78	-	-X-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>3.266.589,48</b>	-	<b>-X-</b>
Imposto de Renda		-	-	-X-
Contribuição Social		-	-	-X-
Impostos Diferidos		-	-	-X-
Participações sobre o Lucro		-	-	-X-
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>3.266.589,48</b>	-	<b>-X-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
**CNPJ 33.719.485/0001-27**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

DISCRIMINAÇÃO	2021	2020
<b>RECEITAS</b>	<b>6.664.930.313,00</b>	<b>6.278.143.232,77</b>
Contraprestações Líquidas	6.335.004.577,06	6.086.469.514,29
Reversão/Provisão para Perdas	(12.928.449,25)	(822.365,11)
Outras Receitas Operacionais	342.479.663,18	192.256.767,01
Receitas Patrimoniais	374.522,01	239.316,58
<b>DESPESAS</b>	<b>6.212.775.779,04</b>	<b>4.989.133.088,79</b>
Eventos Indenizáveis Líquidos	5.771.261.365,67	4.715.591.946,80
Despesas Administrativas	138.083.097,03	121.079.961,00
Demais Despesas Operacionais	303.141.662,18	152.310.252,00
Despesas Patrimoniais	289.654,16	150.928,99
<b>RETENÇÕES</b>	<b>9.941.901,20</b>	<b>7.589.588,62</b>
Depreciação/Amortização	9.941.901,20	7.589.588,62
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>442.212.632,76</b>	<b>1.281.420.555,36</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>182.146.766,46</b>	<b>77.094.205,18</b>
Resultado da Equivalência Patrimonial	485.988,30	(856.712,39)
Receita com Imóvel destinado à Renda	429.564,62	225.976,53
Receitas Financeiras	181.231.213,54	77.724.941,04
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>624.359.399,22</b>	<b>1.358.514.760,54</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>624.359.399,22</b>	<b>1.358.514.760,54</b>
Pessoal e Encargos	220.038.340,25	192.720.824,47
Impostos, Taxas e Contribuições	1.029.398,45	3.482.622,87
Comissões/agenciamento	3.175,03	-
Despesas Financeiras	35.061.676,84	18.369.640,05
Juros e Aluguéis	14.857.393,56	10.794.349,38
Superávit /Déficit do Exercício	353.369.415,09	1.133.147.323,77

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**CASSI - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL**  
**CNPJ 33.719.485/0001-27**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Elementos	Capital/Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficits Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>(99.388.218,91)</b>	<b>150.060,57</b>	<b>944.090.475,41</b>	<b>844.852.317,07</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-
Ganhos e Perdas Não Realizados com Títulos e Valores Mobiliários		(482.671,89)		<b>(482.671,89)</b>
AUMENTO/REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL				-
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício Anterior	944.090.475,41		(944.090.475,41)	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			1.133.147.323,77	<b>1.133.147.323,77</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>844.702.256,50</b>	<b>(332.611,32)</b>	<b>1.133.147.323,77</b>	<b>1.977.516.968,95</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				-
Ganhos e Perdas Não Realizados com Títulos e Valores Mobiliários		(8.899.002,97)		<b>(8.899.002,97)</b>
AUMENTO/REDUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL				-
Lucro/Superávit/Prejuízo Líquido do Exercício Anterior	1.133.147.323,77		(1.133.147.323,77)	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			353.369.415,09	<b>353.369.415,09</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>1.977.849.580,27</b>	<b>(9.231.614,29)</b>	<b>353.369.415,09</b>	<b>2.321.987.381,07</b>

As variações do Patrimônio Social estão descritas na Nota Explicativa 18.

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

**CASSI - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil**  
**CNPJ 33.719.485/0001- 27**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

Discriminação	2021	2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de Planos de Saúde	6.264.721.251,36	6.628.713.856,61
Resgate de Aplicações Financeiras	6.092.213.930,97	4.530.544.769,36
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	8.403.795,95	-
Outros Recebimentos Operacionais	339.167.703,58	803.956.584,62
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(5.543.981.531,51)	(4.637.473.987,61)
Pagamento de Pessoal	(209.082.408,35)	(204.383.318,66)
Pagamento de Serviços Terceiros	(75.149.738,65)	(63.965.660,16)
Pagamento de Tributos	(325.255.240,47)	(278.422.604,69)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(44.457.617,38)	(59.542.659,52)
Pagamento de Aluguel	(20.578.320,78)	(20.558.965,82)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(205.134,72)	(56.406,03)
Aplicações Financeiras	(6.494.051.295,83)	(6.560.980.939,67)
Outros Pagamentos Operacionais	(36.498.283,33)	(121.735.935,03)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(44.752.889,16)</b>	<b>16.094.733,40</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	258.351,89	165.788,00
Recebimento de Dividendos	-	892.190,99
Recebimentos de Venda de Investimentos	54.180.000,00	-
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	429.564,62	149.552,58
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(38.595,00)	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(10.082.023,67)	(17.238.042,21)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>44.747.297,84</b>	<b>(16.030.510,64)</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(5.591,32)</b>	<b>64.222,76</b>
<b>CAIXA - Saldo Inicial</b>	<b>96.332,56</b>	<b>32.109,80</b>
<b>CAIXA - Saldo Final</b>	<b>90.741,24</b>	<b>96.332,56</b>
<b>Ativos Livres no Início do Período</b>	<b>105.574,53</b>	<b>49.306,68</b>
<b>Ativos Livres no Final do Período</b>	<b>106.502,13</b>	<b>105.574,53</b>
<b>Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES</b>	<b>927,60</b>	<b>56.267,85</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

#### **NOTA 1: INFORMAÇÕES GERAIS**

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI), pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação sem fins lucrativos, em Assembleia Geral de 27 de janeiro de 1944, com sede e foro em Brasília (DF) e com prazo de duração indeterminado, é uma operadora de planos de saúde na modalidade de autogestão.

Atua em todo o território nacional por meio de suas Unidades, clínicas e rede de prestadores credenciados, tendo como objetivo social promover uma vida melhor aos participantes, por meio da atenção integral à saúde, além do desenvolvimento de programas de medicina ocupacional para os funcionários do Banco do Brasil S.A.

Em sua gestão, são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656/98 e alterações, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nas disposições contidas em seu Estatuto, Regimento Interno, regulamentos dos planos de saúde que administra e decisões de sua administração.

O ano de 2021 continuou sendo desafiador para a CASSI. Com a crise da Covid-19 ainda em alta no país, aliada ao relaxamento das medidas restritivas de controle da pandemia, a Operadora observou custos assistenciais elevados, principalmente no segundo semestre do ano, causado em grande parte pelo retorno dos procedimentos eletivos contingenciados no período crítico da pandemia. Ainda assim, a CASSI encerrou o exercício com resultado superavitário de R\$ 353 milhões, que contribuiu para o aumento de suas reservas financeiras e o cumprimento de todos os indicadores econômico-financeiros acompanhados pela ANS.

Em junho de 2021, a CASSI encaminhou manifestação à ANS aderindo de forma antecipada às novas regras de capital regulatório aplicadas ao mercado de saúde suplementar, introduzidas pela RN ANS nº 451/2020, possibilitando, de imediato, o congelamento da Margem de Solvência em 75% da exigência total, desonerando a operadora da constituição escalonada dessa garantia até dezembro de 2023.

Além disso, encontra-se em fase de implementação a adoção das práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, previstas na RN ANS 443/2019, o que possibilitará a redução da exigência de capital regulatório, a partir da implementação do novo Capital Baseado em Riscos (CBR), prevista para janeiro de 2024.

Com a revisão do Planejamento Estratégico de 2022-2026, a gestão da CASSI propõe um novo ciclo de desafios e conquistas, tendo como pilares o acolhimento memorável ao participante, a transformação digital, o aumento de receitas e a otimização de custos. Tudo isso com o objetivo de garantir perenidade e sustentabilidade a médio e longo prazos à Operadora.

#### **Participantes**

A CASSI possuía, em 31.12.2021, 608.962 pessoas assistidas. Além dessas, 193.910 usuários de convênios de reciprocidade estavam aptos a utilizarem a rede credenciada da CASSI, que é ressarcida de todas as despesas com esse atendimento, inclusive custos operacionais. Segue a distribuição desse público:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

PLANO DE SAÚDE	2021	2020	Variação	
			Absoluta	(%)
<b>PLANO DE ASSOCIADOS</b>	<b>378.545</b>	<b>388.673</b>	<b>(10.128)</b>	<b>(2,61)</b>
<b>CONTRIBUINTES</b>	<b>183.194</b>	<b>186.612</b>	<b>(3.418)</b>	<b>(1,83)</b>
Ativos	77.807	83.441	(5.634)	(6,75)
Aposentados	81.889	80.160	1.729	2,16
Pensionistas Contribuintes	20.685	19.725	960	4,87
Licença Interesse	258	527	(269)	(51,04)
Autopatrocinados	815	555	260	46,85
Dependentes Indiretos	1.740	2.204	(464)	(21,05)
<b>DEPENDENTES ECONÔMICOS BENEFICIÁRIOS</b>	<b>195.351</b>	<b>202.061</b>	<b>(6.710)</b>	<b>(3,32)</b>
Funcionários Ativos	124.659	132.057	(7.398)	(5,60)
Funcionários Aposentados	70.692	70.004	688	0,98
<b>PLANOS CASSI FAMÍLIA</b>	<b>224.658</b>	<b>241.106</b>	<b>(16.448)</b>	<b>(6,82)</b>
Participantes do CASSI FAMÍLIA I	43.699	48.944	(5.245)	(10,72)
Participantes do CASSI FAMÍLIA II	178.112	192.162	(14.050)	(7,31)
Participantes do CASSI ESSENCIAL	2.847	-	2.847	-
<b>PLANO FUNCII CASSI</b>	<b>5.759</b>	<b>5.906</b>	<b>(147)</b>	<b>(2,49)</b>
Funcionários e Dependentes	5.759	5.906	(147)	(2,49)
<b>TOTAL DE ASSISTIDOS CASSI</b>	<b>608.962</b>	<b>635.685</b>	<b>(26.723)</b>	<b>(4,2)</b>
<b>CONVÊNIOS DE RECIPROCIDADE</b>	<b>193.910</b>	<b>198.917</b>	<b>(5.007)</b>	<b>(2,52)</b>
Usuários dos Convênios de Reciprocidade	193.910	198.917	(5.007)	(2,52)
<b>PÚBLICO TOTAL</b>	<b>802.872</b>	<b>834.602</b>	<b>(31.730)</b>	<b>(3,80)</b>

**NOTA 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no Brasil, em especial às Resoluções Normativas (RN) nº 392/2015, 393/2015, 435/2018, 443/2019, 451/2020 e alterações posteriores, com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionadas pela ANS, com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) – 2002, bem como com as disposições contidas no Estatuto Social da CASSI.

Em conformidade com o disposto no Art. 90, inciso IV e parágrafo único do Estatuto Social da CASSI, as Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) são apresentadas de forma consolidada e segregadas por Planos. A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS, e a sua conciliação está demonstrada na nota explicativa nº 30, conforme exigência da agência reguladora.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), embora apresentada em conjunto com as demais Demonstrações Contábeis, constituiu informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações. Sua elaboração está em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 09.

**NOTA 3: PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS****a) Apuração do superávit/déficit**

O resultado é apurado em observância ao Regime de Competência, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura do risco.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviços médico-hospitalares pelos prestadores de serviços de saúde.
- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletirem as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde (Nota 14).
- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da ocorrência do fato gerador.

**b) Estimativas contábeis**

Estimativa contábil é uma previsão quanto às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos de transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período, considerando as melhores evidências possíveis disponíveis à administração para mensuração dos valores, quando não existe forma precisa de apuração. As estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil e são significativamente afetados por fatores objetivos e subjetivos das atividades operacionais desempenhadas pela CASSI. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem divergir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, as quais são revisadas periodicamente. As principais estimativas são: i) Provisão para Perdas Sobre Créditos (PPSC) (vide nota explicativa nº 5); ii) Provisões Técnicas (vide nota explicativa nº 14) e iii) Provisões para Ações Judiciais (vide nota explicativa nº 16).

**c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

Os créditos são registrados e mantidos no balancete pelo valor nominal de seus títulos representativos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

**d) Títulos e Valores Mobiliários**

Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de seus rendimentos e ajustados a valor de mercado. As aplicações Financeiras que tenham vencimento após o término do exercício seguinte são classificadas no Ativo Não Circulante de acordo com a Lei 6.404/76, artigo 179, inciso II.

**e) Investimentos**

Os investimentos em participações permanentes em outras sociedades são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, em conformidade com o Art. 248 da Lei 6.404/1976, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/2007 e o contido nos Pronunciamentos Técnicos nº 18 e 28, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Quanto ao imóvel destinado à renda, o mesmo é registrado de acordo com o CPC 28.

**f) Imobilizado**

É demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

### **g) Intangível**

Os ativos classificados no grupo intangível são avaliados pelo custo de aquisição e amortizados de forma linear no decorrer do período de benefício econômico estimado do bem.

### **h) Demais ativos**

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

### **i) Provisões técnicas**

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela RN ANS nº 393/2015, e alterações posteriores.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada por atuário legalmente habilitado, com base em metodologia própria constante de Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP), desenvolvida pela CASSI e comunicada à ANS por meio do Termo de Responsabilidade Atuarial (TRA). Os valores registrados de PEONA são aferidos periodicamente por meio de testes de consistência, onde se verifica a aderência do modelo utilizado.

A Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL) é calculada com base nas faturas dos prestadores de serviço de assistência à saúde efetivamente apresentadas à operadora e ainda não pagas.

### **j) Provisões para ações judiciais**

As provisões para Ações Judiciais são constituídas para situações prováveis de risco de futuros desembolsos financeiros, na forma do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, mensuradas com base em estimativas do valor da obrigação.

### **k) Ativos e Passivos Contingentes**

Os ativos contingentes, classificados como provável de geração de benefícios econômicos futuros, bem como os passivos contingentes classificados como risco possível de desembolso financeiros, na forma do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são registrados contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas.

### **l) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)**

É constituída para fazer face a possíveis perdas relativas a créditos pendentes de recebimento, oriundos dos Planos de Associados, CASSI Família I e II, Dependentes Indiretos, CASSI Essencial e Convênios. A referida provisão é constituída em conformidade com o Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 435/2018, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada.

### **m) Demais passivos**

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**n) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período reportado são ajustados nas demonstrações contábeis. Já os eventos subsequentes que são indicadores de condições que surgiram após o período reportado, quando significativos, são divulgados na forma do CPC 24 – Evento Subsequente.

**o) Políticas que passarão a vigorar**

A ANS, por meio da publicação da RN 472/2021, recepcionou o CPC 06 – Arrendamentos e o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes, que impactarão as Demonstrações Contábeis do exercício de 2022. Em relação ao CPC 06 - Arrendamentos (ex.: aluguéis de imóveis operacionais e administrativos, aluguéis de software), o registro contábil se dará em conta de direito de uso “ativo” e terá como contrapartida um “passivo de arrendamento”, até dez/2021 esses valores eram registrados diretamente na conta de despesa de aluguel. Com essa aplicação, haverá uma melhora da informação contábil tendo em vista que a Operadora demonstrará em seu ativo todos os bens os quais detenha benefícios, riscos e controles, além de um respectivo passivo assumido.

Já para o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes, haverá impacto na contabilização dos convênios de reciprocidade. Quando a CASSI atuar como fornecedora da sua rede credenciada a outra operadora, apenas o valor correspondente a remuneração por essa intermediação deverá ser reconhecida como receita, até dez/21 todos os valores pagos pela operadora que utilizava a rede da CASSI eram registrados na conta de receita de contraprestação.

**NOTA 4: APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

As aplicações financeiras são realizadas de acordo com as Diretrizes e Políticas de Investimentos aprovada pela administração da CASSI, que busca otimizar rentabilidade e liquidez dos recursos, dentro de limites de riscos preestabelecidos. A carteira de aplicações financeiras é composta por Fundos de Investimentos e por Títulos de Renda Fixa Públicos e Privados, administrada por gestores terceirizados e pela própria CASSI.

A segregação da carteira das aplicações financeiras possui a seguinte distribuição:

Fundo de Investimento (82,2%);  
Títulos Públicos (13,3%); e  
Títulos Privados (4,5%).

A CASSI possui vínculos financeiros com a Cooperforte, o *Banking and Trading Group Pactual* (BTG) e Banco do Brasil (carteira de administração própria), sendo dispostos nos seguintes valores:

Cooperforte – R\$ 109,7 milhões (2,9%)  
Banco BTG Pactual – R\$ 60,8 milhões (1,6%)  
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BB DTVM) – R\$ 3.131,2 milhões (82,2%)  
Banco do Brasil (carteira de administração própria) – R\$ 508,1 milhões (13,3%)

**Total R\$ 3.809,9 milhões**

No encerramento do exercício social, as aplicações financeiras, segregadas por faixa de vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	Item	2021			2020
		Até 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
<b>Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas</b>	(a)	<b>3.411.800.847,79</b>	-	<b>3.411.800.847,79</b>	<b>2.916.965.019,16</b>
<b>Quotas de Fundos de Investimento</b>	(c)	<b>2.909.079.656,50</b>	-	<b>2.909.079.656,50</b>	<b>2.484.335.713,01</b>
Fundos de Investimento		2.912.535.987,16	-	2.912.535.987,16	2.485.033.136,47
(-) Provisão de IR s/ Aplicações Financeiras		(3.456.330,66)	-	(3.456.330,66)	(697.423,46)
<b>Títulos de Renda Fixa - Públicos</b>	(i)	<b>502.721.191,29</b>	-	<b>502.721.191,29</b>	<b>432.629.306,15</b>
Letras Financeiras do Tesouro		210.470.029,45		210.470.029,45	453.088.009,47
Notas do Tesouro Nacional		306.891.763,62		306.891.763,62	
(-) Provisão de IR s/ Aplicações Financeiras	(ii)	(5.408.987,49)		(5.408.987,49)	(20.458.703,32)
(-) Provisão p/ Desvalorização de Títulos		(9.231.614,29)		(9.231.614,29)	
<b>Aplicações Livres</b>		<b>279.041.365,26</b>	<b>108.988.119,53</b>	<b>388.029.484,79</b>	<b>353.748.297,78</b>
<b>Quotas de Fundos de Investimentos</b>	(b)	<b>279.040.645,84</b>	-	<b>279.040.645,84</b>	<b>280.906.045,97</b>
Fundos de Investimentos	(d)	279.494.655,75	-	279.494.655,75	281.030.800,72
(-) Provisão de IR s/ Aplicações Financeiras	(iii)	(454.009,91)	-	(454.009,91)	(124.754,75)
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>		<b>719,42</b>	<b>108.988.119,53</b>	<b>108.988.838,95</b>	<b>72.842.251,81</b>
Recibo de Depósito Cooperativo		745,73	109.736.492,79	109.737.238,52	73.240.082,27
(-) Provisão de IR s/ Aplicações Financeiras	(iv)	(26,31)	(748.373,26)	(748.399,57)	(397.830,46)
<b>Total em 31 de dezembro</b>		<b>3.690.842.213,05</b>	<b>108.988.119,53</b>	<b>3.799.830.332,58</b>	<b>3.270.713.316,94</b>
%		97,1	2,9	100,0	100,0

**a) APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS**

- c. A CASSI encerrou o exercício de 2021 com R\$ 3.192 milhões aplicados em Quotas de Fundos de Investimento, resultando em R\$ 3.188,1 milhões quando deduzida a provisão para Imposto de Renda.

**i. Ativos Garantidores - Fundo de Investimento**

Os Fundos de Investimentos têm os ativos avaliados pelo seu valor de mercado e suas quotas são apuradas e divulgadas diariamente pelos gestores dos fundos da CASSI. São reconhecidos pelo valor das quotas, deduzidos do Imposto de Renda incidente sobre a variação das quotas.

Os recursos dos Fundos de Investimento financeiros, lastreados como ativos garantidores, estão distribuídos no Fundo Exclusivo BB Advantage 39, Fundo BB LP Dedicado ANS, Fundo BB RF CP Corporate Ágil.

Ao final do exercício de 2021, do montante dos recursos aplicados no Fundo BB Advantage 39, de R\$ 2.979,2 milhões, foram assim alocados: R\$ 2.760,5 milhões em Ativos Garantidores das Provisões Técnicas na ANS (R\$ 208,7 milhões vinculados e R\$ 2.551,8 milhões não bloqueados) e R\$ 218,7 milhões em bloqueios judiciais.

O Fundo BB LP Dedicado ANS é destinado a receber recursos das operadoras de planos privados de assistência à saúde, de grande porte, que estejam devidamente registradas na ANS, conforme regulamentação em vigor. Ao final 2021, as aplicações neste Fundo totalizaram R\$ 142 milhões, e estão classificadas como ativos garantidores das provisões técnicas. Todas as aplicações efetuadas no Fundo BB LP Dedicado à ANS são bloqueadas e somente podem ser liberadas mediante a autorização expressa do Órgão Regulador.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

O Fundo BB RF CP Corporate Ágil, cujos recursos aplicados são utilizados na cobertura de eventual débito não programado, apresentou saldo de R\$ 10 milhões ao final do ano de 2021.

### ii. Ativos Garantidores – Títulos de Renda Fixa Públicos

Os Títulos de Renda Fixa Públicos que compõem a carteira administrada pela CASSI (carteira própria) são destinados, em sua maioria, à cobertura das provisões técnicas e estão classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado (valor justo).

Os títulos públicos estão concentrados em Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) e Notas do Tesouro Nacional – Série “B” (NTN-B), que ao final de 2021 atingiram o montante de R\$ 502,7 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Os recursos acima mencionados são reconhecidos no Ativo em contrapartida ao grupo Ganhos e Perdas não Realizadas com Títulos e Valores Mobiliários, em conta destacada do Patrimônio Líquido.

## b) APLICAÇÕES LIVRES - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

d) No exercício de 2021, os recursos destinados para aplicações livres, no montante total de R\$ 388 milhões líquidos da provisão para imposto de renda, estão segregados em Fundo BB Advantage 39, Letras de Crédito da Cooperforte, Recibos de Depósitos Cooperativos e Fundo de Investimento Exclusivo BTG Pactual.

### iii. Fundo de Investimento

Em dezembro/2021, do montante total de R\$ 279,5 milhões no Fundo BB Advantage 39, o valor de R\$ 218,7 milhões encontravam-se indisponíveis para movimentação por motivos de bloqueios judiciais.

No último quadrimestre de 2021 foi realizada a aplicação de R\$ 60 milhões no Fundo de Investimento Exclusivo no BTG Pactual o valor de R\$ 50 milhões e em outubro/21, acrescentado outros R\$ 10 milhões, totalizando ao final do exercício o montante de R\$ 60,8 milhões.

### iv. Títulos de Renda Fixa Privados

Os Títulos de Renda Fixa Privados – estão representados por Recibos de Depósito Cooperativo (RDC), da Cooperforte – são reconhecidos pelos valores atualizados de acordo com os índices pactuados, estando compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

O montante aplicado refere-se às aplicações em RDC-p e RDC (sobras distribuídas pelo emissor relativo a aplicações RDC já resgatadas e sobre as aplicações do exercício anterior). No mês de julho a CASSI aplicou o montante de R\$ 35 milhões em Letra de Crédito da Cooperforte e no agosto o valor de R\$ 15 milhões em Recibo de Depósito Cooperativo (RDC-sq).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

Ao final do exercício de 2021 os recursos da Cooperforte totalizaram R\$ 109,7 milhões, resultando em R\$ 109 milhões quando deduzida a provisão para Imposto de Renda.

Apresentamos a seguir a composição dos Ativos Financeiros da CASSI:

R\$			
<b>COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Carteira Própria de Títulos Públicos</b>	<b>502.725.441,18</b>	<b>432.629.306,15</b>	<b>16,2</b>
LFT	210.494.561,91	453.088.009,46	-53,5
NTN-B	297.639.866,77	-	-
(-) Provisão IR s/aplicações financeiras	-5.408.987,51	-20.458.703,31	-73,6
<b>Fundo BB Advantage 39 + CP Corp Agil</b>	<b>2.985.646.263,48</b>	<b>2.629.105.630,76</b>	<b>13,6</b>
Op. Compr. Over	744.418.592,10	1.603.361.536,45	-53,6
NTN-F	334.858.851,06	351.587.054,10	-4,8
Letra Financeira - LF	672.101.039,13	170.815.766,98	293,5
LTN Fundo	299.704.630,04	164.004.095,28	82,7
DPGE	181.431.530,51	147.498.890,80	23,0
Debêntures	289.575.447,71	99.817.188,98	190,1
LFT Fundo	422.734.507,88	89.120.129,63	374,3
Op. Compr. Longa	-	3.673.703,53	-
Cotas de Fundos	44.389.651,96	-	-
(-) Provisão IR s/aplicações financeiras	-3.567.986,91	-772.734,99	361,7
<b>Fundo Dedicados à ANS</b>	<b>141.824.561,76</b>	<b>136.136.128,79</b>	<b>4,2</b>
LFT Fundo	75.644.921,71	83.400.044,31	-9,3
Op. Compr. Over	13.192.065,38	20.904.485,31	-36,9
Letra Financeira - LF	26.980.542,75	14.272.247,94	89,0
Debêntures	14.896.099,66	7.517.443,57	98,2
DPGE	9.428.989,68	9.124.433,32	3,3
Op. Compr. Longa	-	-	-100,0
Outros	1.860.237,42	966.917,56	92,4
(-) Provisão IR s/aplicações financeiras	-178.294,84	-49.443,22	260,6
<b>Fundo Exclusivo CASSI - BTG Pactual</b>	<b>60.649.477,64</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Op. Compr. LFT	18.006.888,15	-	-
LFT Fundo	12.272.171,66	-	-
Cotas de Fundos	18.390.013,43	-	-
Energisa - Engib5 CDIE	1.526.419,77	-	-
Minerva - MNRVA1 CDIE	608.135,36	-	-
Anima Holding SA	279.742,27	-	-
B3 SA Brasil Bolsa Balcão	468.264,23	-	-
Camil Alimentos	608.135,36	-	-
CEEE Distribuidora	358.799,87	-	-
COPEL Geração e Transmissão	164.196,55	-	-
COSAN	358.799,87	-	-
CIA Siderurgica Nacional	960.853,88	-	-
Banco Luso Brasileiro AS	1.033.830,12	-	-
Centrais Eletricas Brasileiras	200.684,67	-	-
GERDAU	401.369,34	-	-
HAPVIDA E Investimentos SA	103.383,01	-	-
Iguatemi Empresa de Shopping	115.545,72	-	-
Banco Bradesco	1.125.050,42	-	-
Banco Santander (Brasil)	748.006,50	-	-
Localiza Rent a Car	468.264,23	-	-
NCF	145.952,49	-	-
Autopista Litoral Sul SA	504.752,35	-	-
CIA de Saneamento Basico do Estado	170.277,90	-	-
Transmissora Aliança de Energia	474.345,58	-	-
Unidas	273.660,91	-	-
Vamos Locação de Caminhões	820.982,74	-	-
Telefônica Brasil	237.172,79	-	-
Outros	-12.162,71	-	-
(-) Provisão IR s/aplicações financeiras	-164.058,82	-	-
<b>Recibo de Depósito Cooperativo</b>	<b>108.988.838,95</b>	<b>72.842.251,85</b>	<b>49,6</b>
RDC	135.149,33	1.370.850,77	-90,1
RDC-p	41.518.918,48	71.869.231,54	-42,2
RDC-sq	31.869.485,73	-	-
Letra de Crédito Cooperativo	36.213.684,98	-	-
(-) Provisão IR s/aplicações financeiras	-748.399,57	-397.830,45	88,1

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**NOTA 5: CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

A CASSI presta assistência médico-hospitalar tendo como objetivo social promover uma vida melhor aos participantes, por meio da atenção integral à saúde de seus associados e de seus familiares, por intermédio de rede própria e credenciada.

Os saldos dos créditos com planos de saúde no final do exercício são demonstrados a seguir:

<b>Créditos com Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Associados</b>		<b>44.497.061,72</b>	<b>30.931.294,64</b>	<b>43,9</b>
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(a)	28.120.000,91	24.622.753,93	14,2
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(8.445.391,63)	(5.578.404,36)	51,4
Participação dos Beneficiários em Eventos	(b)	26.326.863,68	12.772.710,34	106,1
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(1.504.411,24)	(885.765,27)	69,8
<b>Dependentes Indiretos</b>		<b>80.341,39</b>	<b>38.748,65</b>	<b>107,3</b>
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(a)	264.500,66	170.804,21	54,9
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(192.069,06)	(135.474,64)	41,8
Participação dos Beneficiários em Eventos	(b)	28.751,76	19.432,03	48,0
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(20.841,97)	(16.012,95)	30,2
<b>CASSI Família I e II</b>		<b>24.441.658,93</b>	<b>22.097.389,39</b>	<b>10,6</b>
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(a)	57.065.348,86	45.954.994,40	24,2
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(32.893.750,22)	(24.133.446,10)	36,3
Participação dos Beneficiários em Eventos	(b)	1.364.679,83	1.554.028,55	(12,2)
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(1.094.619,54)	(1.278.187,46)	(14,4)
<b>CASSI Essencial</b>		<b>380.821,26</b>	-	-
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(a)	547.457,81	-	-
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(198.363,22)	-	-
Participação dos Beneficiários em Eventos	(b)	32.043,77	-	-
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(317,10)	-	-
<b>Funci CASSI</b>		<b>133.942,34</b>	<b>83.818,71</b>	<b>59,8</b>
Participação dos Beneficiários em Eventos	(b)	179.746,59	118.852,18	51,2
(-) Provisão p/ Perdas Sobre Créditos	(d)	(45.804,25)	(35.033,47)	30,7
<b>Convênios de Reciprocidade</b>		<b>46.340.108,18</b>	<b>50.596.632,45</b>	<b>(8,4)</b>
Contraprestações Corresponsabilidade Assumida	(c)	50.640.462,45	54.950.474,07	(7,8)
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(d)	(4.300.354,27)	(4.353.841,62)	(1,2)
<b>Total</b>		<b>115.873.933,82</b>	<b>103.747.883,84</b>	<b>11,7</b>

**a) Contraprestações Pecuniárias a Receber** - Registram os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de assistência médico-hospitalar com planos de assistência à saúde da operadora.

**b) Participação dos Beneficiários em Eventos** - Refere-se à coparticipação em eventos indenizáveis de assistência médico-hospitalar.

**c) Contraprestações Corresponsabilidade Assumida – Convênios de Reciprocidade** – Em atendimento a RN ANS nº 472/2021, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, foram registrados neste grupo os valores a receber decorrentes de convênios com entidades de autogestão em saúde para utilização recíproca de suas redes credenciadas, celebrados com base na Lei nº 9.656/98 e na Resolução Normativa ANS nº 137/2006.

**d) Provisão para Perdas Sobre Créditos (PPSC)** - Esta provisão é constituída para fazer frente a possíveis perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos Planos de Associados, Cassi Família I e II, Dependentes Indiretos, CASSI Essencial e Convênios. De acordo com o anexo I da RN ANS nº 435/2018, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada. A provisão para

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

perdas relativa aos Convênios de Reciprocidade refere-se, principalmente, ao Convênio com a Caixa de Assistência dos Advogados do DF no montante de R\$ 3.508 mil.

A movimentação da PPSC no exercício de 2021, consta na tabela a seguir:

<b>Movimentação da PPSC</b>	
Saldo anterior (2020)	(36.416.165,87)
Constituição	(14.689.759,80)
Reversão	2.410.003,17
<b>Saldo atual 2021</b>	<b>(48.695.922,50)</b>

Registra-se, em março de 2020, as publicações das Leis 8.811/2020 e 11.281/2020, aprovadas pelas Assembleias Legislativa dos respectivos Estados do Rio de Janeiro e do Maranhão, que dispunham sobre a vedação da suspensão e/ou cancelamento dos planos de saúde por falta de pagamento, durante a vigência do plano de contingência do novo coronavírus (covid-19), durante o período da pandemia. Referidos normativos legais também mencionavam o afastamento da incidência de juros e multas contratuais sobre os valores devidos e determinavam que as operadoras possibilitassem o parcelamento dos débitos anteriores a março de 2020. Essas condições responderam por cerca de 60% da movimentação do PPSC. A PPSC é registrada em Outras Despesas Operacionais (Nota 21).

**NOTA 6: CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE**

Neste grupo são registrados os valores a receber dos convênios firmados com o Banco do Brasil.

<b>Créditos de Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
Convênio Banco do Brasil	15.048.025,27	10.360.803,23	45,2
<b>Total</b>	<b>15.048.025,27</b>	<b>10.360.803,23</b>	<b>45,2</b>

**Convênio Banco do Brasil** - Trata-se de ressarcimento de despesas relativas aos convênios/contratos firmados com o Banco do Brasil (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Assistência Social – PAS). A variação ocorrida no período deve-se, principalmente, ao Programa de Saúde Mental dos funcionários do BB, no âmbito do PCMSO.

**NOTA 7: CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

A composição desse grupo do ativo é representada da seguinte forma:

<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Créditos Tributários</b>	<b>7.112.726,49</b>	<b>7.105.643,76</b>	<b>0,1</b>
Imposto de Renda a Compensar/Restituir	71.704,58	64.621,85	11,0
Crédito de Previdência Social	7.011.319,85	7.011.319,85	-
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	29.702,06	29.702,06	-
<b>Total</b>	<b>7.112.726,49</b>	<b>7.105.643,76</b>	<b>0,1</b>

Os valores registrados neste grupo referem-se a impostos e contribuições a recuperar/compensar, consubstanciados em Pedidos de Restituição/Declaração de Compensação (PER/DCOMP) relativos a INSS, pendentes de análise/homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**NOTA 8: BENS E TÍTULOS A RECEBER**

<b>Bens e Títulos a Receber</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
Adiantamentos a Funcionários	3.874.729,96	1.847.183,17	109,8
Adiantamentos Diversos	611.108,47	605.376,27	0,9
<b>Outros Bens e Títulos a Receber</b>	<b>9.992.029,50</b>	<b>18.317.491,06</b>	<b>(45,5)</b>
Parcelamentos de títulos	9.937.176,21	18.268.147,14	(45,6)
Demais títulos	54.853,29	49.343,92	11,2
<b>Total</b>	<b>14.477.867,93</b>	<b>20.770.050,50</b>	<b>(30,3)</b>

Estão registrados neste grupo os adiantamentos concedidos a funcionários, relativos a salários, férias, décimo terceiro salário, vale-transporte e viagens, adiantamentos a fornecedores e prestadores de serviços de saúde e demais valores pendentes de recebimento pela CASSI não enquadrados nos outros grupos contábeis.

O aumento observado na rubrica de “Adiantamentos a Funcionários” deve-se, em grande parte, aos adiantamentos de férias. Em contrapartida, observou-se uma redução nos parcelamentos de mensalidades em 2021, em função do recebimento dos parcelamentos efetuados em 2020 (setembro a dezembro) conforme estabelecido pela ANS em virtude da pandemia.

**NOTA 9: DESPESAS ANTECIPADAS**

<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
Despesas Administrativas	8.454.745,98	3.534.434,07	139,2
<b>Total</b>	<b>8.454.745,98</b>	<b>3.534.434,07</b>	<b>139,2</b>

São registradas nesse grupo as despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas ao resultado, tais como: prêmios de seguros, IPTU, assinaturas/direito de uso de *software* e garantia de equipamentos. O acréscimo observado deve-se ao maior volume de gastos com suporte técnico e direito de uso, com destaque para licenciamento na modalidade *Enterprise Agreement* e pacote *Software Assurance* da *Microsoft*.

**NOTA 10: DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER DE LONGO PRAZO**

<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	<b>(a)</b>	<b>49.044.206,68</b>	<b>107.130.807,47</b>	<b>(54,2)</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos		15.047.898,43	79.101.243,48	(81,0)
Depósitos Judiciais - Trabalhistas		1.535.346,16	1.320.082,05	16,3
Depósitos Judiciais - Cíveis		32.460.962,09	26.709.481,94	21,5
<b>Outros Créditos a Receber</b>	<b>(b)</b>	<b>3.643.961,34</b>	<b>4.612.519,61</b>	<b>(21,0)</b>
<b>Total</b>		<b>52.688.168,02</b>	<b>111.743.327,08</b>	<b>(52,8)</b>

**a) Depósitos Judiciais e Fiscais** - Correspondem aos depósitos em juízo relativos às ações cíveis, tributárias e trabalhistas, realizados para garantir a execução das ações ou para suspender a exigibilidade de crédito tributário. Os depósitos judiciais são corrigidos, na sua maioria, pela Taxa Referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

A variação do subgrupo “Depósitos Judiciais e Fiscais – Tributos”, trata-se de levantamento judicial efetuado pela União em outubro/2021, no valor de R\$ 64.935 mil, referente ação judicial a qual CASSI discutia a constitucionalidade da contribuição em favor da Seguridade Social instituída pela Lei Complementar nº 84/96, incidente sobre pagamentos efetuados ao trabalhador autônomo e administradores, correspondente ao período de setembro de 1996 e março de 1999. O processo já havia transitado em julgado em desfavor da CASSI e aguardava apenas o levantamento dos recursos. Havia também provisão para perda “provável” constituída no passivo, portanto, o levantamento do depósito judicial não impactou o resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**b) Outros Créditos a Receber** - Correspondem às despesas antecipadas cujas realizações ocorrerão após o término do exercício seguinte. Nesta rubrica estão registrados os contratos de garantias de equipamentos e direitos de uso.

**NOTA 11: INVESTIMENTOS**

Neste grupo são registrados os investimentos e participações de caráter permanente.

Investimentos	2021	2020	%
Participações Societárias - Investimentos no País	-	53.694.011,70	-x-
Imóveis Destinados à Renda	10.121.614,75	10.121.614,75	-
<b>Total</b>	<b>10.121.614,75</b>	<b>63.815.626,45</b>	<b>(84,1)</b>

Em janeiro de 2021, a CASSI concretizou a venda de sua participação acionária de 17,2% no capital da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (CBGS/Orizon) à Bradesco Seguros, após a aprovação do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A transação resultou no recebimento de R\$ 54.180 mil, impactando positivamente o caixa da Operadora. Quando confrontado o valor recebido com o valor do investimento, resultou em ganho patrimonial de R\$ 486 mil.

Quanto ao imóvel destinado à renda, trata-se de um terreno localizado em Brasília (DF) que está alugado, o qual é registrado de acordo com o CPC 28, exceto quanto à avaliação do ativo ao valor de mercado, tendo em vista essa atualização ser vedada pelo Item 10.27.1 da RN ANS nº 435/2019.

**NOTA 12: IMOBILIZADO**

A composição do Imobilizado é representada a seguir:

Itens	Taxa Depreciação (Anual)	Saldo Inicial 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo Final 31/12/2021	Var %
Imóveis	2,5%	8.788.184,57	-	-	279.479,29	8.508.705,28	(3,2)
Instalações	10%	-	867,43	-	-	867,43	-
Máquinas / Equipamentos	7,14%	2.283.834,07	508.668,05	36.474,21	341.043,37	2.414.984,54	5,7
Informática	20%	11.182.975,41	5.458.646,75	196.145,74	2.857.782,64	13.587.693,78	21,5
Móveis e Utensílios	7,14%	1.505.969,99	92.638,58	210.470,28	182.329,07	1.205.809,22	(19,9)
Benfeitorias	20%	900.376,27	-	-	286.811,34	613.564,93	(31,9)
Imobilizado em Andamento	0%	1.027.906,89	60.095,12	1.077.072,90	-	10.929,11	(98,9)
<b>Total</b>		<b>25.689.247,20</b>	<b>6.120.915,93</b>	<b>1.520.163,13</b>	<b>3.947.445,71</b>	<b>26.342.554,29</b>	<b>2,54</b>

Os itens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a expectativa de vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. A variação ocorrida no grupo deve-se, principalmente, à aquisição de equipamentos de informática.

**NOTA 13: INTANGÍVEL**

Itens	Taxa Amortização (Anual)	Saldo Inicial 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo Final 31/12/2021	Var %
Sist. de Computação	20%	21.592.361,92	5.632.370,19	344.382,13	5.983.852,01	20.896.497,97	-3,2
Sist. de Comp. em Andamento		1.704.757,24	5.081.212,59	3.722.263,12	-	3.063.706,71	79,7
<b>Total</b>		<b>23.297.119,16</b>	<b>10.713.582,78</b>	<b>4.066.645,25</b>	<b>5.983.852,01</b>	<b>23.960.204,68</b>	<b>2,85</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

Neste grupo são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da CASSI ou exercidos com essa finalidade e estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido de amortização e de provisão para ajuste ao provável valor de realização (*impairment*), quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a expectativa de vida útil econômica dos bens. A variação deve-se, principalmente, à atualização do Sistema Operacional CASSI.

**NOTA 14: PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		2021	2020	%
<b>Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha</b>	<b>(a)</b>	<b>(119.899.536,47)</b>	<b>(117.113.864,05)</b>	<b>2,4</b>
Dependentes Indiretos		(1.850.488,75)	(1.881.266,92)	(1,6)
CASSI Família I e II		(116.889.920,95)	(115.232.597,13)	1,4
CASSI Essencial		(1.159.126,77)	-	-
<b>Provisão de Eventos a Liquidar</b>	<b>(b)</b>	<b>(611.119.141,80)</b>	<b>(649.976.006,34)</b>	<b>(6,0)</b>
Associados		(348.255.355,84)	(351.620.596,36)	(1,0)
Dependentes Indiretos		(6.392.735,93)	(6.392.735,93)	-
CASSI Família I e II		(223.596.699,48)	(256.410.599,66)	(12,8)
CASSI Essencial		(993.915,81)	-	-
Convênio de Reciprocidade		(31.880.434,74)	(35.552.074,39)	(10,3)
<b>Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados</b>	<b>(c)</b>	<b>(671.338.193,45)</b>	<b>(476.522.532,44)</b>	<b>40,9</b>
Associados		(367.842.401,96)	(259.271.754,35)	41,9
Dependentes Indiretos		(6.836.244,64)	(5.335.347,23)	28,1
CASSI Família I e II		(296.187.686,75)	(211.915.430,86)	39,8
CASSI Essencial		(471.860,10)	-	-
<b>Total</b>		<b>(1.402.356.871,72)</b>	<b>(1.243.612.402,83)</b>	<b>12,8</b>

Provisões Técnicas são montantes contabilizados com o objetivo de refletirem obrigações futuras esperadas, decorrentes das operações de planos de assistência à saúde, conforme determina a RN ANS nº 393/2015.

**a) Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha (PPCNG)** - Neste subgrupo encontra-se o registro da parcela de contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, para cumprimento do regime de competência. Varia de acordo com o volume de contraprestações recebidas e do período de cobertura do risco.

**b) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL)** - Provisão constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos já ocorridos e avisados à Operadora, porém, ainda pendentes de pagamento. O reflexo da variação dessa provisão está registrado no grupo de eventos indenizáveis líquidos, demonstrado na nota explicativa 20. A variação observada deve-se ao menor volume de despesas assistenciais pendentes de pagamento na data de 31.12.2021.

**c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)** – Provisão estimada atuarialmente do montante de eventos já ocorridos, mas que ainda não foram avisados à Operadora. A variação decorre da maior estimativa efetuada, tendo em vista que o cálculo baseia-se no histórico de eventos realizados e esse dado aumentou.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**NOTA 15: DEMAIS CONTAS A PAGAR DO PASSIVO CIRCULANTE**

Contas a Pagar		2021	2020	%
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>(a)</b>	<b>(4.355.694,02)</b>	<b>(95.718.181,06)</b>	<b>(95,4)</b>
Contraprestações a Restituir		(605.642,31)	(348.901,41)	73,6
Obrigações por Recebimento de Contraprestações Antecipadamente		(3.513.301,84)	(95.328.466,22)	(96,3)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		(236.749,87)	(40.813,43)	480,1
<b>Débitos Diversos</b>	<b>(b)</b>	<b>(83.014.420,46)</b>	<b>(55.217.061,32)</b>	<b>50,3</b>
Obrigações com Pessoal		(61.248.460,88)	(40.606.710,93)	50,8
Fornecedores		(6.244.615,27)	(8.187.063,11)	(23,7)
Depósitos de Beneficiários e de Terceiros		(7.614.096,68)	(777.942,61)	878,7
Outros Débitos a Pagar		(7.907.247,63)	(5.645.344,67)	40,1
<b>Total</b>		<b>(87.370.114,48)</b>	<b>(150.935.242,38)</b>	<b>(42,1)</b>

São registradas neste grupamento as obrigações pelo recebimento antecipado de valores, as obrigações com pessoal, com as conveniadas referentes aos Convênios de Reciprocidade, com fornecedores de materiais e serviços administrativos e valores a serem reembolsados a terceiros.

**a) Débitos de Operações de Assistência à Saúde** - Neste subgrupo encontram-se os valores de contraprestações pecuniárias a restituir aos beneficiários decorrentes de devolução de mensalidades, bem como o registro das obrigações por recebimento antecipado de contraprestações, cujo período de cobertura do risco não tenha iniciado.

A variação na rubrica Obrigações por Recebimento de Contraprestações Antecipadamente deve-se, principalmente, à apropriação das cotas patronais do 13º salário, recebidos antecipadamente em 2018, no montante de R\$ 323.000 mil (relativos ao período de 2019 a 2021), cujo período de apropriação findou-se em dezembro/21, no montante de R\$ 80,75 milhões.

**b) Débitos Diversos** - São as obrigações da operadora junto aos beneficiários, funcionários, fornecedores e terceiros, distribuídas nas rubricas específicas da seguinte forma:

- **Obrigações com Pessoal** - São registradas as obrigações com pessoal, exceto encargos tributários, que estão incluídos no grupo Tributos e Contribuições a Recolher. As obrigações com colaboradores referem-se a salários, rescisões, férias em gozo, bolsa-auxílio e taxa de administração dos estagiários, auxílio-creche e reembolsos de viagens a serviço. A variação deve-se, principalmente, ao maior volume de provisão para férias/encargos.
- **Fornecedores** - Neste grupamento são registrados os valores a pagar a fornecedores e o ressarcimento para o Banco do Brasil relativos às despesas administrativas realizadas pelas Unidades e Sede, como condomínio, aluguel, material de expediente, entre outras.
- **Depósitos de Beneficiários e de Terceiros** - Apresentam os valores a devolver aos beneficiários, cuja pertinência dos recebimentos encontra-se pendente de análise. O acréscimo no grupo deve-se a maior volume de ajustes/valores a devolver aos beneficiários, na data de 31.12.2021, regularizados em janeiro/22.
- **Outros Débitos a Pagar** - São registradas as despesas incorridas cujo pagamento será efetuado em meses posteriores. A variação deve-se ao maior volume de provisões administrativas, com destaque para a despesa de aluguel da antiga sede da CASSI DF, em discussão judicial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**NOTA 16: PROVISÕES**

Provisões		2021	2020	%
<b>Provisões para Ações Judiciais</b>		<b>(200.326.403,09)</b>	<b>(229.681.465,13)</b>	<b>(12,8)</b>
Provisão para Ações Cíveis	(a)	(55.931.936,66)	(48.044.105,24)	16,4
Provisão para Ações Trabalhistas	(b)	(3.301.258,62)	(2.761.133,19)	19,6
Provisão para Ações Tributárias	(c)	(79.643.357,16)	(127.061.354,15)	(37,3)
Provisão para Multas ANS	(d)	(61.449.850,65)	(51.814.872,55)	18,6
<b>Circulante</b>		<b>(61.449.850,65)</b>	<b>(51.814.872,55)</b>	<b>18,6</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>(138.876.552,44)</b>	<b>(177.866.592,58)</b>	<b>(21,9)</b>

**Provisão para Ações Judiciais** - A CASSI faz periodicamente a avaliação de seus riscos contingenciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los quanto à probabilidade de perda nas demandas judiciais, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis ou remotas.

As contingências cujos riscos de perda são classificados como prováveis são 100% provisionadas, exceto para aquelas decorrentes de ações judiciais em que a liminar tenha sido concedida e também não exista bloqueios/depósitos judiciais vinculados ao processo. Em algumas situações, por exigência legal ou por uma opção de cautela, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

As provisões contingenciais oriundas de processos judiciais, suportadas por opinião da área jurídica da CASSI, são classificadas da seguinte forma, conforme a natureza da ação judicial:

**a) Cível:** Provisões para suportar prováveis perdas em função de processos judiciais de natureza cível movidos em desfavor da CASSI.

**b) Trabalhista:** Provisões para suportar prováveis perdas relativas a processos trabalhistas movidos por ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

**c) Tributária:** Provisões para suportar prováveis perdas relacionadas à cobrança de tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes de divergências quanto à interpretação, aplicação, legalidade ou constitucionalidade da legislação tributária por parte dos assessores legais da CASSI e do fisco. As variações ocorridas na rubrica, devem-se aos fatos:

**Fato 1** - Conforme “Nota Explicativa 10 – a”, a CASSI constituiu provisão para suportar provável desembolso decorrente de ação judicial movida em desfavor do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no ano de 1996, para discutir a constitucionalidade da contribuição instituída pela Lei Complementar nº 84/96, incidente sobre pagamentos efetuados ao trabalhador autônomo e administradores. O processo judicial transitou em julgado em desfavor da CASSI e, em outubro/2021, houve o levantamento do depósito judicial no valor de R\$ 64.935 mil pela União e a baixa da provisão.

**Fato 2** - Em setembro de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre as atividades das Operadoras de Planos de Saúde. No entanto, a CASSI considera que ainda não existe a necessária segurança para recolher o ISSQN, principalmente em razão de controvérsias existentes quanto ao ente político que detém a legitimidade para cobrar o tributo. Por isso, foi constituída provisão para fazer frente à eventual necessidade de pagamento do tributo relativo aos últimos 5 (cinco) anos, calculada com base na receita das contraprestações deduzida dos pagamentos efetuados aos prestadores de serviços assistenciais, conforme jurisprudência pacificada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para constituição da provisão foi considerada alíquota de 2% vigente no Distrito Federal. O saldo da Provisão na data-base dezembro/2021 é de R\$ 73.321 mil.

**d) Multas ANS:** Provisões para suportar eventuais pagamentos de multas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decorrentes da lavratura de autos de infração, as quais estão: a) em fase de recurso na ANS (122 processos administrativos); b) findos no âmbito

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

administrativo e aguardando citação para início da discussão judicial (194 processos administrativos); e c) em discussão judicial/execução fiscal em trâmite na Justiça Federal (491 processos administrativos). No exercício de sua atividade de operadora de planos de saúde, a CASSI está sujeita à aplicação de multas pelo órgão regulador e fiscalizador (ANS), com fundamento no artigo 25 da Lei nº 9.656/98. Depois que o processo administrativo de discussão do fato que gerou a multa é encerrado no âmbito administrativo (ANS), a CASSI aguarda a execução da multa na via judicial para discutir sua anulação ou redução. As despesas com multas da ANS são registradas em despesas administrativas (Nota 22).

Na tabela a seguir é apresentada a movimentação das provisões no exercício de 2021:

Movimentação	2021				
	Cíveis	Trabalhistas	Multas ANS	Tributárias	Total
Saldo Inicial	(48.044.105,24)	(2.761.133,19)	(51.814.872,55)	(127.061.354,15)	(229.681.465,13)
Constituição	(33.839.032,97)	(797.916,90)	(10.912.463,91)	(22.410.020,92)	(67.959.434,70)
Reversão	25.951.201,55	257.791,47	1.277.485,81	69.828.017,91	97.314.496,74
Saldo Final	(55.931.936,66)	(3.301.258,62)	(61.449.850,65)	(79.643.357,16)	(200.326.403,09)

**Informações Complementares:**

A CASSI é ré em ações judiciais cíveis, tributárias e trabalhistas classificadas com risco de perda possível, portanto, não provisionadas, perfazendo o total de 2.391 ações judiciais que totalizam R\$ 74.309 mil em 31 de dezembro de 2021, para as quais já foi citada, apresentou defesa e aguarda julgamento.

Além disso, a exemplo do que já ocorreu com outras operadoras de planos de saúde, a CASSI foi autuada pelo Distrito Federal e por outros municípios em virtude do não recolhimento de ISSQN sobre suas receitas de planos de saúde, por entenderem que a Operadora é contribuinte do referido imposto perante a autoridade tributária local. Referidas autuações fiscais geraram processos administrativos e judiciais de cobrança do imposto, no valor total de R\$ 695.667 mil (posição em 31 de dezembro de 2021), classificadas de acordo com o CPC 25 com risco de perda possível com base em várias teses, conforme as características do lançamento tributário realizado (auto de infração) e suas respectivas legislações aplicáveis. A CASSI já apresentou impugnações e defesas administrativas e judiciais nesses processos para anular a cobrança do ISSQN.

**NOTA 17: TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER**

Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2021	2020	%
<b>Tributos e Contribuições</b>	<b>(14.190.694,16)</b>	<b>(14.426.536,92)</b>	<b>(1,6)</b>
Taxa de Saúde Suplementar - TSS	-	(6.343.405,98)	-
Contribuições Previdenciárias	(6.257.604,67)	(6.278.232,47)	(0,3)
FGTS a Recolher	(7.158.759,02)	(1.521.897,89)	370,4
COFINS e PIS / PASEP	(774.330,47)	(283.000,58)	173,6
<b>Retenções de Impostos e Contribuições</b>	<b>(47.785.211,42)</b>	<b>(24.710.410,55)</b>	<b>93,4</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte - Funcionários	(11.663.417,99)	(4.795.507,50)	143,2
Imposto de Renda Retido na Fonte - Terceiros	(6.706.223,93)	(2.639.273,23)	154,1
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	(11.980.675,80)	(9.111.008,46)	31,5
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(3.232.808,99)	(1.535.026,66)	110,6
COFINS	(10.273.801,95)	(4.935.893,98)	108,1
PIS	(3.236.161,87)	(1.042.634,84)	210,4
Contribuições Previdenciárias - Terceiros	(692.120,89)	(651.065,88)	6,3
<b>Total</b>	<b>(61.975.905,58)</b>	<b>(39.136.947,47)</b>	<b>58,4</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

São registrados neste grupamento todos os tributos e contribuições próprios e de terceiros a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal, tais como o Imposto de Renda, as Contribuições Federais sobre serviços de terceiros (PIS, COFINS, CSLL), Contribuições Previdenciárias (INSS) e Imposto Sobre Serviço (ISS) a recolher (substituição tributária).

Destaque nesse grupamento para a reversão de provisão para a Taxa de Saúde Suplementar – TSS, em fevereiro/2021, tendo em vista decisão judicial em ação coletiva da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS em desfavor da ANS, transitado em julgado em outubro/2020, onde se requereu a suspensão da exigibilidade do recolhimento da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde (TPS), prevista no artigo 20, inciso I da Lei nº 9.961/2000, das suas filiadas domiciliadas no Distrito Federal, bem como a condenação da ANS para proceder à devolução dos valores recolhidos nos últimos 5 anos, a contar de agosto/2013. O montante recolhido de TSS passível de devolução é de R\$ 9.842 mil, pelo seu valor histórico. Em março/2021, a CASSI procedeu ao ajuizamento do Cumprimento de Sentença nos autos da Ação Coletiva movida pela UNIDAS para reaver a importância, já atualizada, de R\$ 12.852 mil.

**NOTA 18: PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Patrimônio Social da CASSI em 31 de dezembro de 2021 apresentou saldo de R\$ 2.321.987 mil, conforme abaixo:

<b>Patrimônio Social</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Patrimônio Social</b>	<b>2.331.218.995,36</b>	<b>1.977.849.580,27</b>	<b>17,9</b>
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>(9.231.614,29)</b>	<b>(332.611,32)</b>	<b>-</b>
Ganhos/Perdas não Realizados com TVM	(9.231.614,29)	(332.611,32)	-
<b>Total</b>	<b>2.321.987.381,07</b>	<b>1.977.516.968,95</b>	<b>17,42</b>

No grupo Ajuste de Avaliação Patrimonial são registrados os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A taxa Selic apresentou um crescimento de 7,25 p.p passando de 1,9% em janeiro para o patamar de 9,15% em dezembro/2021, colaborando para a recuperação da rentabilidade das LFT's. Por sua vez, a NTN-B apresentou valor de mercado desvalorização dado o arrefecimento da pressão inflacionária.

Considerando que os títulos públicos são ativos oferecidos como garantias regulatórias para a ANS (ativos garantidores vinculados), a CASSI não tem a intenção de efetuar resgate antecipado, assegurando o rendimento contratual dos papéis no seu vencimento, independentemente do valor de mercado.

Contribui também para a formação do Patrimônio Social, o resultado do período. No exercício de 2021, a CASSI apresentou resultado superavitário de R\$ 353.369 mil, distribuídos entre os planos da seguinte forma:

<b>Resultado</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
Consolidado Associados	192.135.647,02	695.721.678,46	(72,4)
CASSI Essencial	3.266.589,48	-	-
Consolidado CASSI Família	157.967.178,59	437.425.645,31	(63,9)
<b>CONSOLIDADO CASSI</b>	<b>353.369.415,09</b>	<b>1.133.147.323,77</b>	<b>-68,82</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**NOTA 19: CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

As receitas de Contraprestações Efetivas, no exercício de 2021, apresentaram a seguinte evolução:

<b>Contraprestações Efetivas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Associados</b>	<b>3.066.467.064,38</b>	<b>2.947.017.458,71</b>	<b>4,1</b>
Contribuição Patronal	<b>1.684.512.198,57</b>	<b>1.622.648.814,52</b>	3,8
Contribuição Patronal Ativo	429.578.015,07	431.093.350,20	(0,4)
Contribuição Patronal Ativo - Dependentes	421.274.164,75	422.696.023,08	(0,3)
Contribuição Patronal Aposentados	686.818.979,09	638.110.516,34	7,6
Contribuição Patronal Pensionista	123.959.925,68	113.254.130,47	9,5
Contribuição Patronal Ação Judicial	364.265,59	157.837,09	130,8
Contribuição Patronal Reclamatória Trabalhista	221.613,31	325.722,38	(32,0)
Contribuição Patronal Funci CASSI	22.295.235,08	17.011.234,96	31,1
Contribuição Pessoal	<b>1.390.880.091,05</b>	<b>1.334.301.418,18</b>	<b>4,2</b>
Contribuição Pessoal Ativo	383.892.582,22	382.838.973,97	0,3
Contribuição Pessoal Ativo - Dependentes	99.845.613,87	98.935.207,97	0,9
Contribuição Pessoal Aposentados	615.351.641,39	570.981.410,61	7,8
Contribuição Pessoal Aposentados - Dependentes	172.674.041,59	166.481.586,59	3,7
Contribuição Pessoal Pensionista	107.907.047,27	100.810.254,29	7,0
Contribuição Pessoal Pensionista - Dependentes	395.937,65	453.363,64	(12,7)
Contribuição Pessoal Ação Judicial	1.085.684,85	971.229,50	11,8
Contribuição Pessoal Reclamatória Trabalhista	207.203,96	327.392,41	(36,7)
Contribuição Pessoal Funci CASSI	7.570.367,95	7.065.464,53	7,1
Contribuição Licença Interesse/Afastados s/ Proventos	1.949.970,30	5.436.534,67	(64,1)
Contribuição - Outros	<b>9.403.707,31</b>	<b>8.174.044,22</b>	<b>15,0</b>
Contribuição Autopatrocinado	7.952.148,19	6.406.688,39	24,1
Contribuição Funci PREVI	1.451.559,12	1.767.355,83	(17,9)
Ressarc. Convênios de Recipr. - CASSI	<b>(13.631.298,51)</b>	<b>(8.714.963,78)</b>	56,4
(-) Tributos Diretos de Operação	<b>(4.697.634,04)</b>	<b>(9.391.854,43)</b>	(50,0)
<b>Convênio de Reciprocidade</b>	<b>325.627.076,28</b>	<b>280.168.648,62</b>	<b>16,2</b>
<b>Dependentes Indiretos</b>	<b>35.804.330,53</b>	<b>35.813.890,67</b>	<b>(0,0)</b>
Mensalidades	35.925.041,84	35.871.694,81	0,1
Ressarc. Convênios de Recipr. - CASSI	(97.326,25)	(9.932,31)	879,9
(-) Tributos Diretos de Operação	(23.385,06)	(47.871,83)	(51,2)
<b>CASSI Família I</b>	<b>754.038.855,15</b>	<b>738.884.071,23</b>	<b>2,1</b>
Mensalidades	757.097.084,94	742.737.052,20	1,9
Ressarc. Convênios de Recipr. - CASSI	(759.544,15)	(217.658,22)	249,0
(-) Tributos Diretos de Operação	(2.298.685,64)	(3.635.322,75)	(36,8)
<b>CASSI Família II</b>	<b>2.143.790.803,15</b>	<b>2.084.585.445,06</b>	<b>2,8</b>
Mensalidades	2.154.099.209,22	2.099.190.099,15	2,6
Ressarc. Convênios de Recipr. - CASSI	(1.119.316,59)	(558.277,13)	100,5
(-) Tributos Diretos de Operação	(9.189.089,48)	(14.046.376,96)	(34,6)
<b>CASSI Essencial</b>	<b>9.276.447,57</b>	-	-
Mensalidades	9.343.422,39	-	-
(-) Tributos Diretos de Operação	(66.974,82)	-	-
<b>Total</b>	<b>6.335.004.577,06</b>	<b>6.086.469.514,29</b>	<b>4,1</b>

São registradas neste grupamento as contraprestações (pessoal e patronal) dos Associados, as contribuições por dependentes, as contraprestações dos Dependentes Indiretos, dos participantes dos Planos CASSI Família I e II e CASSI Essencial e o ressarcimento das utilizações dos beneficiários dos Convênios de Reciprocidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

A variação observada nos Planos deve-se aos reajustes aplicados aos salários dos associados (ativos – 10,97% em setembro/21, aposentados e pensionistas – 5,44% em janeiro/21) e das mensalidades dos grupos CASSI Família e Dependentes Indiretos (CF I e II – 6,76%, de acordo com as datas-bases dos contratos). A contribuição patronal do Funci CASSI é paga pela Operadora.

**NOTA 20: EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS**

Eventos Indenizáveis Líquidos		2021	2020	%
<b>Associados</b>		<b>(3.083.512.430,15)</b>	<b>(2.443.208.573,18)</b>	<b>26,2</b>
<b>Eventos Conhecidos</b>	<b>(a)</b>	<b>(3.389.350.404,46)</b>	<b>(2.794.252.534,27)</b>	<b>21,3</b>
Consultas		(318.892.327,23)	(282.071.567,57)	13,1
Exames		(1.102.971.895,97)	(849.062.803,73)	29,9
Terapias		(199.453.677,39)	(171.601.967,80)	16,2
Internações		(1.501.126.814,71)	(1.197.603.268,01)	25,3
Outros Atendimentos Ambulatoriais		(35.783.031,34)	(22.353.306,04)	60,1
Demais Despesas Assistenciais		(227.090.191,40)	(267.067.704,38)	(15,0)
Sistema Único de Saúde - SUS		(4.032.466,42)	(4.491.916,74)	(10,2)
<b>(-) Recuperação de Eventos Conhecidos</b>	<b>(b)</b>	<b>414.408.621,89</b>	<b>362.676.268,45</b>	<b>14,3</b>
Recuperação por Glosa		211.122.977,65	194.878.047,35	8,3
Recuperação por Coparticipação		203.285.644,24	167.798.221,10	21,1
<b>Variação da PEONA</b>	<b>(c)</b>	<b>(108.570.647,58)</b>	<b>(11.632.307,36)</b>	<b>833,4</b>
<b>Dependentes Indiretos</b>		<b>(48.954.907,00)</b>	<b>(44.799.813,44)</b>	<b>9,3</b>
<b>Eventos Conhecidos</b>	<b>(a)</b>	<b>(53.015.301,47)</b>	<b>(50.009.316,22)</b>	<b>6,0</b>
Consultas		(2.328.181,39)	(2.126.769,20)	9,5
Exames		(10.251.187,53)	(8.465.940,99)	21,1
Terapias		(2.122.250,21)	(2.679.787,88)	(20,8)
Internações		(28.834.818,58)	(27.328.426,35)	5,5
Outros Atendimentos Ambulatoriais		(771.831,22)	(292.366,86)	164,0
Demais Despesas Assistenciais		(8.707.032,54)	(9.116.024,94)	(4,5)
<b>(-) Recuperação de Eventos Conhecidos</b>	<b>(b)</b>	<b>5.561.292,16</b>	<b>4.939.198,41</b>	<b>12,6</b>
Recuperação por Glosa		4.090.757,93	3.598.831,13	13,7
Recuperação por Coparticipação		1.470.534,23	1.340.367,28	9,7
<b>Variação da PEONA</b>	<b>(c)</b>	<b>(1.500.897,69)</b>	<b>270.304,37</b>	<b>-</b>
<b>CASSI Família</b>		<b>(2.341.711.525,48)</b>	<b>(1.982.121.209,81)</b>	<b>18,1</b>
<b>Eventos Conhecidos</b>	<b>(a)</b>	<b>(2.355.647.846,52)</b>	<b>(2.082.499.698,78)</b>	<b>13,1</b>
Consultas		(217.735.654,83)	(184.552.987,12)	18,0
Exames		(769.715.215,08)	(649.066.730,76)	18,6
Terapias		(153.682.831,86)	(135.452.714,29)	13,5
Internações		(1.025.741.671,63)	(875.484.517,30)	17,2
Outros Atendimentos Ambulatoriais		(17.543.509,30)	(12.874.611,85)	36,3
Demais Despesas Assistenciais		(169.982.786,01)	(222.221.927,86)	(23,5)
Sistema Único de Saúde - SUS		(1.246.177,81)	(2.846.209,60)	(56,2)
<b>(-) Recuperação de Eventos Conhecidos</b>	<b>(b)</b>	<b>98.208.576,71</b>	<b>110.606.004,74</b>	<b>(11,2)</b>
Recuperação por Glosa		97.431.269,93	108.967.335,65	(10,6)
Recuperação por Utilização Indevida		777.306,78	1.638.669,09	(52,6)
<b>Variação da PEONA</b>	<b>(c)</b>	<b>(84.272.255,67)</b>	<b>(10.227.515,77)</b>	<b>724,0</b>
<b>CASSI Essencial</b>		<b>(4.538.267,86)</b>		
<b>Eventos Conhecidos</b>	<b>(a)</b>	<b>(4.800.023,26)</b>		
Consultas		(668.723,72)		
Exames		(1.093.515,09)		
Terapias		(141.643,65)		
Internações		(2.214.369,81)		
Demais Despesas Assistenciais		(681.770,99)		
<b>(-) Recuperação de Eventos Conhecidos</b>	<b>(b)</b>	<b>733.615,47</b>		
Recuperação por Glosa		511.097,35		
Recuperação por Coparticipação		222.518,12		
<b>Variação da PEONA</b>	<b>(c)</b>	<b>(471.860,07)</b>		
<b>Convênios de Reciprocidade</b>		<b>(292.544.235,18)</b>	<b>(245.462.350,37)</b>	<b>19,2</b>
<b>Eventos Conhecidos</b>	<b>(a)</b>	<b>(308.152.122,33)</b>	<b>(261.857.420,09)</b>	<b>17,7</b>
Consultas		(24.504.877,85)	(22.925.553,58)	6,9
Exames		(99.326.337,12)	(84.292.829,82)	17,8
Terapias		(16.104.864,40)	(14.034.398,12)	14,8
Internações		(156.144.657,11)	(129.399.515,83)	20,7
Outros Atendimentos Ambulatoriais		(3.338.652,86)	(2.255.226,96)	48,0
Demais Despesas Assistenciais		(8.732.732,99)	(8.949.895,78)	(2,4)
<b>(-) Recuperação de Eventos Conhecidos</b>	<b>(b)</b>	<b>15.607.887,15</b>	<b>16.395.069,72</b>	<b>(4,8)</b>
Recuperação por Glosa		15.607.887,15	16.395.069,72	(4,8)
<b>Total</b>		<b>(5.771.261.365,67)</b>	<b>(4.715.591.946,80)</b>	<b>22,4</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**a) Eventos Conhecidos** - Registram-se os valores dos eventos conhecidos de assistência médico-hospitalar prestados a beneficiários dos planos de Associados, Dependentes Indiretos, FunciCASSI, CASSI Família I e II, CASSI Essencial e a utilização dos beneficiários dos Convênios de Reciprocidade conforme RN ANS nº 435/2018. As guias apresentadas à CASSI e ainda não pagas são registradas em contrapartida com a conta de Provisão de Eventos a Liquidar – PEL como uma obrigação da operadora junto aos prestadores de serviços assistenciais.

**b) Recuperação de Eventos Conhecidos** - São registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipações.

**c) Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)** – Representa uma estimativa dos gastos assistenciais já ocorridos efetuados pelos participantes, mas que ainda não são de conhecimento da CASSI. Apresenta, para sua apuração, correlação direta com os valores históricos dos eventos indenizáveis e com o tempo decorrido entre o atendimento ao beneficiário e a apresentação da conta à operadora. Considerando os valores apurados por meio de metodologia própria, aprovada pela ANS, foi registrado no exercício de 2021 complemento de PEONA no montante de R\$ 194.816 mil, em grande parte, reflexo do crescimento histórico dos eventos indenizáveis.

O acréscimo de 22,4% no total dos Eventos Indenizáveis Líquidos em 2021 é justificado pelos custos assistenciais relevantes relacionados à Covid-19, combinados com o retorno gradual dos procedimentos eletivos, contingenciados no período crítico da pandemia, e à incorporação de novos procedimentos ao Rol de cobertura obrigatória da ANS.

**NOTA 21: OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Outras Receitas e Despesas Operacionais		2021	2020	%
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>(a)</b>	<b>342.479.663,18</b>	<b>192.256.767,01</b>	<b>78,1</b>
Ressarcimento Grupo Dependentes Indiretos		-	1.430.742,24	-
Ressarcimento PCMSO		35.149.113,64	33.659.626,14	4,4
Taxa de Repasse entre os planos		143.806.909,07	-	-
Taxa de Administração		133.172.928,21	133.542.053,69	(0,3)
Outras Receitas		30.350.712,26	23.624.344,94	28,5
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(b)</b>	<b>(316.441.535,77)</b>	<b>(153.934.404,14)</b>	<b>105,6</b>
<b>Provisão para Perda Sobre Créditos</b>		<b>(12.928.449,25)</b>	<b>(822.365,11)</b>	-
<b>Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos</b>		<b>(43.287.753,51)</b>	<b>(40.349.765,99)</b>	7,3
Bem Viver		(1.439.181,83)	(1.396.517,80)	3,1
Plena Idade		(15.197.565,74)	(14.604.653,18)	4,1
Estratégia Saúde da Família - ESF		(26.651.005,94)	(24.348.595,01)	9,5
<b>Despesas Operacionais - Outras</b>		<b>(116.418.423,94)</b>	<b>(112.762.273,04)</b>	3,2
Demandas Judiciais (Cíveis/Danos Morais)		(36.793.193,76)	(30.728.345,83)	19,7
Perda Operacional		(37.923.541,92)	(42.195.136,45)	(10,1)
Despesas administrativas CliniCASSI		(41.701.688,26)	(39.838.790,76)	4,7
<b>Taxa de Repasse entre os planos</b>		<b>(143.806.909,07)</b>	-	-
<b>Total</b>		<b>26.038.127,41</b>	<b>38.322.362,87</b>	<b>(32,1)</b>

**a) Outras Receitas Operacionais** - São registrados neste grupo o ressarcimento das despesas relativas aos convênios/contratos firmados com o Banco do Brasil, ressarcimento do Grupo de Dependentes Indiretos (GDI), bem como as recuperações de despesas de exercícios anteriores. O último déficit do GDI ressarcido pelo BB foi relativo ao mês de janeiro/20, tendo em vista a liquidação antecipada do contrato de ressarcimento. A variação observada no grupo deve-se, principalmente,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

à reversão de provisão para a Taxa de Saúde Suplementar – TSS, em fevereiro/2021, tendo em vista o êxito em ação coletiva da UNIDAS em desfavor da ANS, onde se requereu a suspensão da exigibilidade do recolhimento da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde (TPS), prevista no artigo 20, inciso I da Lei nº 9.961/2000, das filiadas domiciliadas no Distrito Federal, bem como a condenação da ANS à devolução dos valores recolhidos nos últimos 5 anos.

**b) Outras Despesas Operacionais** - Registram-se neste grupo as perdas operacionais, as provisões e os pagamentos de processos judiciais de natureza cível, as despesas administrativas da rede assistencial própria da CASSI (CliniCASSI) e as despesas com os Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças (PROMOPREV) - Plena Idade, Atenção à Pessoa com Deficiência (Bem Viver) e Estratégia Saúde da Família (ESF). No subgrupo de Provisão para Perdas Sobre Créditos observou-se um aumento devido ao crescimento da inadimplência e dos cancelamentos dos contratos pelos beneficiários, conforme explanado na Nota 5. A partir de janeiro/2021, foi instituída Taxa de Repasse entre os planos, em função da nova metodologia de rateio das despesas administrativas, com base na quantidade de beneficiários mensal de cada plano.

**NOTA 22: DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

<b>Despesas Administrativas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
Despesas com Pessoal Próprio	(220.038.340,25)	(192.720.824,47)	14,2
Despesas com Serviços de Terceiros	(71.368.193,86)	(61.293.522,40)	16,4
Despesas com Localização e Funcionamento	(63.571.844,07)	(50.957.321,60)	24,8
Despesas com Publicidade e Propaganda	(80.780,60)	(21.662,70)	272,9
Despesas com Tributos	(1.029.398,45)	(3.482.622,87)	(70,4)
Despesas com Multas Administrativas	(9.697.978,10)	(6.716.267,29)	44,4
Despesas Administrativas Diversas	(17.606.656,69)	(19.637.953,31)	(10,3)
<b>Total</b>	<b>(383.393.192,02)</b>	<b>(334.830.174,64)</b>	<b>14,5</b>

Este grupo é composto pelas despesas com pessoal, locação e funcionamento, serviços contratados, despesas gerais, impostos, taxas, contribuições e provisões necessárias ao funcionamento da CASSI, com exceção das despesas administrativas da rede assistencial (CliniCASSI), que estão registradas no grupo de Outras Despesas Operacionais, em observância à RN ANS nº 435/2018.

A variações observadas no grupo devem-se ao aumento salarial e benefícios concedidos aos colaboradores, a maior provisão para multas administrativas aplicadas pela ANS, ao acréscimo da despesa com localização e funcionamento em função de reajustes contratuais e ao maior gasto com atualização de *softwares*, suporte técnico e processamento de dados. Também houve incremento nas despesas com serviços contratados e honorários técnicos. Em contrapartida, no grupo Despesas com Tributos houve reversão da provisão para a Taxa de Saúde Suplementar – TSS, em função de decisão judicial em ação movida pela UNIDAS em face da ANS.

**NOTA 23: RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

Composto pelas receitas financeiras auferidas com a aplicação das reservas dos planos de saúde no mercado financeiro, deduzidas das respectivas despesas financeiras ocorridas no ano.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(a)</b>	<b>181.231.213,54</b>	<b>77.724.941,04</b>	<b>133,2</b>
<b>Receitas de Aplicações Financeiras</b>		<b>173.883.337,19</b>	<b>68.855.795,06</b>	<b>152,5</b>
<b>Títulos Renda Fixa Privados</b>		<b>50.642.545,87</b>	<b>6.588.316,11</b>	<b>668,7</b>
Fundo Exclusivo		45.103.314,67	4.680.604,94	863,6
RDC		5.539.231,20	1.907.711,17	-
<b>Títulos Renda Fixa Públicos</b>		<b>123.240.791,32</b>	<b>62.267.478,95</b>	<b>97,9</b>
Fundo Exclusivo		92.355.606,05	49.988.437,86	84,8
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		15.731.812,86	12.279.041,09	28,1
Notas do Tesouro Nacional - NTN		15.153.372,41	-	
<b>Outras Receitas Financeiras</b>		<b>7.347.876,35</b>	<b>8.869.145,98</b>	<b>(17,2)</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(b)</b>	<b>(35.247.190,97)</b>	<b>(18.405.024,72)</b>	<b>91,5</b>
Encargos s/ Tributos		(4.873.634,25)	(4.579.722,04)	6,4
Despesas Financeiras c/ Operações de Assist. Méd-Hosp		(4.393,30)	(990,31)	343,6
Outras Despesas Financeiras		(1.067.581,72)	(960.363,61)	11,2
Desp c/ Impostos e Contribuições s/ Transações Financ.		(29.301.581,70)	(12.863.948,76)	127,8
<b>Total</b>		<b>145.984.022,57</b>	<b>59.319.916,32</b>	<b>146,1</b>

**a) Receitas Financeiras** – Compõem-se da apropriação das receitas auferidas pela aplicação de recursos no mercado financeiro, atualização monetária dos depósitos judiciais, receitas por recebimento em atraso e descontos obtidos. As variações positivas observadas refletem o represamento de recursos advindos do exercício anterior e o seu subsequente investimento em aplicações financeiras, o crédito recebido por liquidação das letras financeiras ocorridas no mês de setembro e crédito cupom de juros sobre as aplicações em Notas do Tesouro Nacional – Série “B” (NTN-B), colaboraram para incrementar a rentabilidade dos recursos aplicados.

O acréscimo em 2021 no somatório das receitas das aplicações do Fundo Exclusivo deve-se principalmente à entrada dos recursos advindos da liquidação antecipada das obrigações do Banco do Brasil com o Grupo de Dependentes Indiretos (GDI) e o pagamento retroativo a 2019 das contribuições patronais sobre os dependentes dos titulares do Plano de Associados e da taxa de administração paga pelo Banco do Brasil ocorridas em 2020, bem como a aplicação de novos ativos no Fundo Exclusivo da BTG Pactual que apresentou ao longo de 2021 rentabilidade de 110,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Quanto ao RDC deve-se à aplicação de R\$ 35 milhões em Letra de Crédito da Cooperforte realizada em julho de 2021 com rendimento de CDI + 1,1% a.a, assim como à distribuição das “sobras” sobre o saldo dos investimentos, como parte da sua política de valorização dos investidores.

O acréscimo observado na rentabilidade das LFT’s em 2021 decorre, principalmente, da recuperação de 7,25 p.p. da taxa Selic, alta volatilidade no mercado financeiro que colaborou para a recuperação da rentabilidade no ano.

**b) Despesas Financeiras** - São registradas neste grupo as despesas decorrentes de aplicações financeiras, descontos concedidos, encargos decorrentes de pagamentos em atraso, quando houver, impostos e contribuições devidas sobre as aplicações financeiras e suas provisões e demais encargos sobre tributos não relacionados às aplicações. No mês de setembro foi registrado o pagamento de imposto de renda sobre aplicações financeiros no montante de R\$ 17,6 milhões devido ao vencimento dos papéis de LFT’s.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

**NOTA 24: RESULTADO PATRIMONIAL**

O Resultado Patrimonial positivo de R\$ 1.001 mil foi proporcionado, basicamente, pelo ganho na venda da participação acionária no capital da Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (CBGS/Orizon) à Bradesco Seguros, em janeiro/2021.

**NOTA 25: COBERTURAS DE SEGUROS**

A CASSI adota política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. As coberturas são estendidas aos imóveis de suas Unidades Regionais, CliniCASSI e de sua Sede Administrativa. Além disso, também contrata seguro de responsabilidade civil para os membros de sua governança (presidente e diretores) e para o contador para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2021, a CASSI possuía as seguintes apólices contratadas com terceiros:

<b>Riscos Cobertos</b>	<b>Valores Cobertos</b>	<b>Valor do Prêmio</b>
Compreensivo Empresarial – Seguro Patrimonial	22.710.190,76	16.000,00
Seguro de Responsabilidade Civil	15.000.000,00	177.316,59
<b>Total</b>	<b>37.710.190,76</b>	<b>193.316,59</b>

O seguro patrimonial é contratado junto à Mapfre Seguros Gerais S/A e o seguro de responsabilidade civil junto à Austral Seguradora S/A.

**NOTA 26: PARTES RELACIONADAS**

a) A remuneração mensal atribuída ao Pessoal Chave da Administração, formado pela Diretoria Executiva (Presidente e Diretores) e Conselho Deliberativo, bem como do Conselho Fiscal e a faixa de remuneração dos colaboradores, é a seguinte:

<b>Remuneração mensal dos Administradores e funcionários da CASSI</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Menor Salário	1.456,04	1.286,09
Maior Salário	31.590,76	27.903,39
Salário Médio	6.848,38	4.964,73
<b>Dirigentes</b>		
Presidente	56.116,99	50.569,51
Diretor	47.067,56	42.414,67
<b>Conselheiros</b>		
Conselho Deliberativo	5.611,70	5.056,95
Conselho Fiscal	5.611,70	5.056,95

Valores de Referência, não inclusos os encargos sociais.

Os valores apresentados na tabela acima referem-se aos funcionários do quadro próprio da Empresa, Dirigentes e Conselheiros, não contemplando outros funcionários a exemplos de alguns gerentes executivos cedidos pelo Banco do Brasil, cuja remuneração de referência é de R\$ 36.973,57 A quantidade de colaboradores da CASSI é a seguinte:

<b>Colaboradores CASSI</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Quadro Próprio	2.734	2.785
Cedidos Banco do Brasil	10	14
	<b>2.744</b>	<b>2.799</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

A CASSI não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração. O aumento observado na remuneração dos Dirigentes está vinculado ao aumento concedido aos funcionários do Banco do Brasil em setembro de 2020, de 10,97%. O aumento verificado na remuneração dos demais administradores e funcionários da CASSI está vinculado ao aumento concedido aos colaboradores da CASSI em junho/21, de 8,05%. A remuneração do Presidente, Diretores Executivos e Conselheiros é definida conforme previsão estatutária, sendo a remuneração dos Conselheiros correspondente a 10% da remuneração do Presidente.

b) É disponibilizado aos colaboradores convênio para realização de empréstimos consignados, cuja responsabilidade da CASSI é prestar as informações necessárias para viabilizar a contratação da operação de crédito, liberar a margem consignável e efetuar os descontos em folha de pagamento, observados os limites da legislação, e repassar ao Banco do Brasil. A taxa de juros praticada nessa operação é de livre negociação entre os colaboradores e o BB. Ao final de 2021, 446 colaboradores possuíam empréstimos consignados, cujo saldo era de R\$ 204 mil.

c) São realizadas transações bancárias com o patrocinador Banco do Brasil, tais como depósitos em conta corrente, depósitos judiciais, aplicações financeiras e serviços de cobrança. Referidas transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as do mercado.

d) Os investimentos financeiros da CASSI são predominantemente aplicados na BBDTVM cuja taxa de administração anual cobrada pela prestação de serviços é de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor do patrimônio líquido do fundo. Ressalta-se que não há taxa de performance pactuada no contrato. No exercício de 2021 a CASSI pagou à BBDTVM o montante de R\$ 1.996 mil de taxa de administração e R\$ 280 mil de tarifa de custódia.

e) A CASSI mantém com o patrocinador Banco do Brasil contratos e convênios de ressarcimentos de despesas diversas tais como do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Assistência Social (PAS), bem como convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil à CASSI mediante o ressarcimento da folha de pagamento dos funcionários cedidos.

Durante o exercício de 2021 foram pagos R\$ 7.885 mil (Cessão de Funcionários) e recebidos R\$ 19.541 mil (PCMSO/PAS). A posição do a pagar e a receber em 31.12.2021 era de R\$ 451 mil e R\$ 8.440 mil

### **NOTA 27: PLANO DE BENEFÍCIO**

O Plano de Benefício dos Funcionários da CASSI (CASSIPrev), administrado pela BB Previdência, tem natureza de contribuição definida e conta com 362 participantes. Em 2021, o total da contribuição patronal foi de R\$ 1.060 mil, face ao montante de R\$ 1.213 mil verificado no exercício de 2020. Não há exigibilidade de eventos passados que possam resultar em desembolso de caixa futuro.

### **NOTA 28: QUESTÕES TRIBUTÁRIAS**

A CASSI, por ser classificada como Instituição de assistência social sem fins lucrativos, que tem como objetivo a prestação de assistência à saúde dos seus associados e participantes, é isenta e não pode ser considerada contribuinte de impostos e contribuições federais e municipais. Caso o reconhecimento de sua condição de isenta ou de não contribuinte de impostos e contribuições seja negada nos foros judiciais competentes, seus planos terão que ser reavaliados, para que não haja risco de prejuízo à continuidade da Entidade.

**NOTA 29: GERENCIAMENTO DE RISCOS****Maior proteção de dados e prevenção de riscos**

A CASSI reforçou em 2021 as ações para aumentar a proteção de dados, especialmente aqueles que os participantes compartilham com o plano, e a prevenção de riscos para a Instituição.

Investiu R\$ 3.176 mil em novas tecnologias para aprimoramento das ferramentas e controles de segurança da informação e proteção aos dados dos participantes e realizou 5.268 treinamentos e ações de conscientização dos colaboradores para adequação das práticas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Também fez cerca de 3 mil adequações de contratos com prestadores de serviços assistências - hospitais, clínicas, laboratórios e outras entidades de saúde, para resguardar dados dos participantes.

Paralelamente, avançou na implementação dos requisitos de melhores práticas de governança corporativa, com ênfase em gestão de riscos, controles internos, *compliance* e integridade exigidos pela RN ANS nº 443/2019. A adoção destas medidas possibilitará a emissão de relatório de Procedimentos Previamente Acordados (PPA), com o intuito de reduzir a exigências de recursos de capital regulatório.

Para melhorar o controle de riscos, 325 colaboradores foram treinados na metodologia de Gestão Integrada de Riscos Corporativos que segue padrões estabelecidos pela ISO-31000 – Gestão de Riscos. Mapeou, ainda, 910 publicações de leis, normas e regulamentos externos para análise pelas áreas internas e consequente incorporação em seus processos e normativos. Além disso, mapeou 1.199 transações para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção, mas não houve nenhuma ocorrência confirmada.

A operadora adotou também nova metodologia de recuperação de despesas, para aumentar a eficiência da identificação de valores pagos a prestadores e fornecedores, mitigar perdas e reduzir despesas.

**Gestão de Riscos**

A metodologia de gestão de riscos na CASSI segue os padrões estabelecidos na ISO-31000:2018 e *Committee Sponsoring Organizations of the Treadway Commission Enterprise Risk Management -COSO ERM 2017*, cujo propósito é criar e proteger valor para o atingimento dos objetivos estratégicos. O processo de gerenciamento de riscos está integrado com a estratégia e o desempenho da organização. Auxilia também na priorização das ações de maior relevância e no melhor direcionamento dos recursos.

A CASSI atua com o modelo de 3 (três) Linhas de Defesa, onde as áreas responsáveis e operacionais atuam na 1ª linha quanto à identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos envolvidos em sua área de atuação. A Gerência de Riscos, Controles Internos e Segurança da Informação atua na 2ª linha fornecendo a metodologia e assessoria técnica às dependências na execução da metodologia, na 3ª linha atua a Auditoria Interna na supervisão do modelo e a Alta Administração fornece apoio e os recursos necessário.

Faz parte da estrutura de gestão de riscos o Comitê de Riscos Corporativos, Controles Internos e Segurança da Informação que é composto por quatro membros (Gerente Executivo) com direito a voto, participam também os executivos das Gerências de Tecnologia da Informação, Jurídica e de Estratégia e Organização e Auditoria Interna quando da necessidade de assessoramento técnico.

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

Podendo participar, ainda, outros representantes das demais dependências, sem direito a voto, para subsidiar o Comitê com informações técnicas necessárias à tomada de decisão.

A gestão de riscos implantada na CASSI observa o disposto na Resolução Normativa 443/2019 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, que dispõe sobre a adoção de práticas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos.

### **Risco de Subscrição**

O risco de subscrição é decorrente de situação econômica adversa que contraria as expectativas quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e nas premissas atuariais, bem como, a possibilidade de os eventos a serem pagos, em um período futuro, serem maiores que o montante de contraprestações a ser recebido. Seu mapeamento ocorre no processo de precificação, na definição dos produtos, no índice de sinistralidade e nas provisões, por exemplo.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado considera a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), e da variação de preços de bens imóveis. Seu gerenciamento segue critérios estabelecidos pela legislação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e são aprovadas pelas alçadas competentes da instituição. Possui estrutura compatível com a natureza e complexidade das operações e considera a dimensão da exposição ao risco.

### **Risco de Crédito**

O risco de crédito é definido como a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito. Sua gestão corresponde ao conjunto de políticas, processos, procedimentos, pessoas e sistemas por meio dos quais a CASSI deve gerenciar sua exposição ao risco de crédito. A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está descrita no arcabouço normativo da CASSI — Estatuto, Regulamento do Plano de Associados, Políticas e Diretrizes, presentes nas decisões estratégicas e formalizada nas normas, atingindo todos os níveis da Caixa de Assistência e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

### **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência perdas ou danos resultantes de falhas, inadequações ou fraudes provenientes de pessoas, processos, sistemas ou eventos internos e externos. O gerenciamento do risco operacional envolve o mapeamento os processos, a identificação dos fatores de riscos, análise dos riscos e dos controles, tratamento, reporte e monitoramento com fins de mitigação das perdas operacionais e legais.

### **Risco de Estratégia**

O risco de estratégia envolve a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisões. São avaliados riscos inerentes ao planejamento estratégico, na instituição e avaliação inadequada dos indicadores de desempenho dos processos, produtos e serviços, as perdas decorrentes da

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

insuficiência/ausência de análise de viabilidade do negócio, ROI - Retorno sobre o Investimentos ou Plano de Negócio sobre novos produtos e serviços, das ações dos concorrentes que afetam o posicionamento no mercado., na falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações.

### **Risco Cibernético**

O risco cibernético considera a possibilidade de perdas decorrentes de ataques cibernéticos contra pessoas, infraestrutura de TI ou sistemas corporativos, de forma a afetar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações. O processo de gerenciamento de risco cibernético considera as seguintes atividades:

- a)** Diretrizes para a segurança cibernética relativas à prevenção, detecção, redução das vulnerabilidades e classificação das informações em meio eletrônico ou físico;
- b)** Proteção das informações mantendo a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- c)** Resiliência corporativa por meio de planos de continuidade para eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI ou redução dos impactos resultantes;
- d)** Prevenção e tratamento de incidentes de segurança cibernética;
- e)** Qualificação profissional do corpo técnico da área de segurança cibernética;
- f)** Planos de ação e de resposta a incidentes.

### **NOTA 30: CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de planos de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à entidade que ao apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do resultado líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

Fluxos de Caixa pelo Método Indireto das Atividades Operacionais	2021	2020
<b>Resultado Líquido</b>	<b>353.369.415,09</b>	<b>1.133.147.323,77</b>
<b>Ajustes para Conciliação do Resultado Líquido com a Geração de Caixa das Atividades Operacionais:</b>	<b>187.157.044,61</b>	<b>60.193.807,06</b>
Depreciações / Amortizações	9.941.901,20	7.589.588,62
Provisões Técnicas - PEONA	194.815.661,01	21.589.518,76
(Ganho) / Perda na Alienação de Bens	(258.351,89)	(165.788,00)
Receita Imóvel Destinado a Renda	(429.564,62)	(149.552,58)
Provisão (Reversão) Contingência	(29.355.062,04)	29.650.962,76
Provisões (Reversão) para Perdas sobre Créditos	12.928.449,25	822.365,11
Ajuste Positivo Equivalência Patrimonial	(485.988,30)	856.712,39
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>540.526.459,70</b>	<b>1.193.341.130,83</b>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(507.344.311,81)	(1.094.093.753,22)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(77.935.037,05)	(83.152.644,21)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(44.752.889,16)</b>	<b>16.094.733,40</b>

**NOTA 31: INFORMAÇÕES SOBRE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA E CORRESPONSALIDADE ASSUMIDA**

A distribuição dos saldos do quadro abaixo está em conformidade com a Resolução Normativa nº 446 da ANS: "Art. 3º-A As operadoras que no exercício de 2018 realizaram operações de corresponsabilidade em atendimento médico-hospitalar deverão incluir nas notas explicativas das demonstrações de 2019 as informações constantes dos quadros do Capítulo V do Anexo referentes aos valores reconhecidos em 2018":

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

CONTRAPRESTAÇÕES DE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em Preço Preestabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço Pós-Estabelecido	
	2021	2020	2020	2019
<b>1 - Cobertura Assistencial Com Preço Preestabelecido</b>	-	-	-	-
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	-	-	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	-	-	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	759.544,15	218.351,48	-	-
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	13.728.624,76	8.724.896,09	-	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	1.119.316,59	557.583,87	-	-
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>	-	-	-	-
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	-
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	-	-
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	-	-
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.607.485,50</b>	<b>9.500.831,44</b>	-	-

EVENTOS/SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411X1)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2021	2020	2021	2020
<b>1 - Cobertura Assistencial Com Preço Preestabelecido</b>				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	-	-	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	-	-	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	560.430.627,62	495.097.097,65	-	-
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	3.022.395.791,88	2.476.646.383,63	-	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	1.701.075.049,98	1.476.796.596,39	-	-
<b>2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	-
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	292.544.235,18	245.462.350,37
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	-	-
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.283.901.469,48</b>	<b>4.448.540.077,67</b>	<b>292.544.235,18</b>	<b>245.462.350,37</b>

\* Corresponsabilidade Cedida: são os beneficiários da CASSI utilizando a rede dos convenentes.

\*\* Corresponsabilidade Assumida: são os beneficiários dos convenentes utilizando a rede da CASSI.

## NOTA 32 – TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS

O Teste de Adequação do Passivo – TAP é uma técnica atuarial que verifica se o valor contábil de um passivo precisa ser aumentado, com base em uma revisão dos fluxos de caixa futuros projetados atuarialmente (apuração do valor presente de resultados futuros).

Para realização de estudo referente ao TAP, foi utilizada metodologia atuarial, estatística e financeira para estimar o valor presente dos fluxos de caixa futuros – não sendo obrigatório o reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados –, conforme RN ANS nº 472/2021.

Para elaboração do TAP, foram observados os parâmetros mínimos definidos pela RN ANS nº 472/2021, item 10.12.2.1. Como esses parâmetros são diretrizes gerais do órgão regulador ao mercado, foi utilizada exclusivamente a experiência da Operadora para projeções de receitas e despesas com o objetivo de tornar as premissas mais aderentes à realidade operacional da CASSI. A despeito da estimativa corrente dos fluxos de caixa, foi adotado o horizonte temporal de 1 (um) ano, aderente à realidade fática dos instrumentos jurídicos firmados entre a CASSI e seus beneficiários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021

Seguem abaixo as bases técnicas utilizadas para a aferição do TAP:

Premissas	Planos Coletivos Empresariais	Planos Coletivos por Adesão
Tábua de Mortalidade (m)	BR-EMSsb-v.2021-f e BR-EMSsb-v.2021-m	
Inflação Médica	9,07%	11,84%
Reajustes	8,31%	11,84%
Taxa de Desconto Atuarial	ETTJ – PRÉ-FIXADA	
Despesas Administrativas	7,91%	
Despesas Comerciais	0,01%	
Outras despesas operacionais	4,56%	
Outras receitas operacionais	3,83%	

Diante do exposto, informa-se que o resultado alcançado para o TAP não indicou insuficiência de passivos contábeis, bem como nenhum agrupamento de contratos apresentou resultado negativo.

Clóvis de Castro Junior  
**Presidente**

Paulo Eduardo da Silva Guimarães  
**Diretor de Administração e Finanças**

Carlos Emílio Flesch  
**Diretoria de Planos de Saúde e  
Relacionamento com Clientes**

Luiz Satoru Ishiyama  
**Diretoria de Risco Populacional, Saúde e  
Rede de Atendimento**

Flávio de Andrade Ribeiro  
**Gerente Executivo Financeiro**

Jair Dimas Carvalho  
**Contador  
CRC DF-025395/O-0  
CPF 557.910.186-49**

Gustavo de Sousa Santos  
**Atuário  
MIBA-2.927  
CPF: 032.109.423-90**



# Pareceres

- Relatório do Auditor Independente
- Conselho Fiscal
- Conselho Deliberativo

**CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS  
DO BANCO DO BRASIL - CASSI**

**CNPJ: Nº 33.719.485/0001-27**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

## **CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI**

**Demonstrações contábeis encerradas**

**Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

**Conteúdo:**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;**

**Balancos patrimoniais;**

**Demonstrações do resultado;**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;**

**Demonstrações dos fluxos de caixa;**

**Demonstrações do valor adicionado (Informação Suplementar); e**

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis.**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros e Associados da  
**CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI**  
Brasília – DF

### Opinião:

---

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI** (“**CASSI**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - CASSI** em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### Base para opinião:

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CASSI**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

### Ênfase:

---

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis, em relação a provisão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre as atividades das Operadoras de Planos de Saúde, que em 31 de dezembro de 2021 apresentava saldo de R\$73.321 mil. A referida nota ressalta as incertezas relacionadas ao desfecho da provisão para contingências tributárias, tendo em vista as controvérsias existentes quanto ao ente político que detém a legitimidade para cobrança, bem como a forma de cálculo para apuração do imposto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



## Outros Assuntos:

---

### **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria Executiva da **CASSI**, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar em observância às normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, foi submetida a procedimentos de auditoria executadas em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **CASSI**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Saldos correspondentes comparativos**

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, datado em 29 de março de 2021.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:**

---

A Diretoria Executiva da **CASSI** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a **CASSI** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CASSI** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CASSI** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CASSI**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da **CASSI**, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **CASSI**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CASSI** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



# MOORE

Moore VR Auditores e Consultores S/S  
SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907  
Edifício João Carlos Saad  
Brasília/DF - CEP 70070-120  
Tel.: 55 (61) 3223 6098  
[www.moorebrasil.com.br](http://www.moorebrasil.com.br)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que eventualmente identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 17 de março de 2022.

**MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S**  
**CRC DF 002962/F**  
**CVM 12807**

**Ricardo de Albuquerque Cavalcanti**  
**Contador CRC DF 018838/O-0**  
**CNAI 2563**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 68 de seu Estatuto, examinou o Relatório Anual da Diretoria Executiva e as Demonstrações Contábeis de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração da CASSI, nas reuniões promovidas no período sob exame, o Conselho Fiscal concluiu que o Relatório Anual 2021 retrata as ações administrativas desenvolvidas pela Diretoria Executiva e as Demonstrações Contábeis refletem a situação patrimonial e financeira da CASSI.

Destacamos a ênfase apresentada no relatório da Auditoria Independente, referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), constante nas informações complementares da nota explicativa nº. 16, uma vez que prevalece a incerteza quanto ao desfecho judicial das referidas ações, sendo classificada como risco de perda possível pela área jurídica e, portanto, não provisionada.

O Conselho Fiscal ressalta a importância dos controles internos visando a sua eficiência operacional e, conseqüentemente, a melhoria contínua da sua performance financeira.

### **Contribuição pessoal e patronal à CASSI decorrentes de Ações Trabalhistas movidas contra o Banco do Brasil**

O Conselho Fiscal registra que vem acompanhando as tratativas pela Administração da Cassi relativas ao recebimento das contribuições não recolhidas à Cassi em ações trabalhistas movidas contra o Banco do Brasil. Informa que foi constituída Comissão de Alto Nível com representantes estatutários do BB e da Cassi para tratar do tema.

Alertamos para a importância da resolução do tema com a maior brevidade possível, no sentido de se evitar novas ocorrências e seus impactos financeiros para a Cassi.

Brasília (DF), 17 de março de 2022.

ELIANDE DE JESUS  
SANTOS LINDOSO  
FILHO:36878650100

Assinado de forma digital por  
ELIANDE DE JESUS SANTOS  
LINDOSO FILHO:36878650100  
Dados: 2022.03.21 09:46:33  
-03'00'

Eliande de Jesus Santos Lindoso Filho  
Presidente

AGUINALDO  
BARBIERI:090163728  
90

Assinado de forma digital por  
AGUINALDO  
BARBIERI:09016372890  
Dados: 2022.03.18 21:53:23 -03'00'

**Aguinaldo Barbieri**  
Membro Titular

Documento assinado digitalmente



THOMPSON SOARES PEREIRA CESAR  
Data: 30/03/2022 21:45:17-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Thompson Soares Pereira César**  
Membro Titular

**Maria Lizete da  
Silveira**

Assinado de forma digital por  
Maria Lizete da Silveira  
Dados: 2022.03.30 13:31:34  
-03'00'

**Maria Lizete da Silveira**  
Membro Titular

Documento assinado digitalmente



FERNANDA BISPO DE SOUZA  
Data: 31/03/2022 09:28:20-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Fernanda Bispo de Souza**  
Membro Suplente

MARIA DA CONCEICAO  
SPOHR:27879020063

Assinado de forma digital por MARIA  
DA CONCEICAO  
SPOHR:27879020063  
Dados: 2022.03.21 18:17:18 -03'00'

**Maria da Conceição Spohr**  
Membro Suplente

Documento assinado digitalmente



TARCISO MADEIRA  
Data: 30/03/2022 22:51:55-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Tarciso Madeira**  
Membro Suplente

ANTONIO ROBERTO  
ANDRETTA:00959235  
949

Assinado de forma digital por  
ANTONIO ROBERTO  
ANDRETTA:00959235949  
Dados: 2022.03.21 14:36:20 -03'00'

**Antônio Roberto Andretta**  
Membro Titular

HAMILTON OMAR  
BISCALQUINI:0072  
9868168  
Hamilton Omar Biscalquini  
Membro Titular

Assinado de forma digital por  
HAMILTON OMAR  
BISCALQUINI:00729868168  
Dados: 2022.03.21 11:48:08  
-03'00'

Documento assinado digitalmente



NEUDSON PERES DE FREITAS  
Data: 30/03/2022 15:35:24-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Neudson Peres de Freitas**  
Membro Suplente

RAIMUNDO  
MOREIRA:3133  
7759104

Assinado de forma digital  
por RAIMUNDO  
MOREIRA:31337759104  
Dados: 2022.03.24  
16:22:43 -03'00'

**RAImundo Moreira**  
Membro Suplente

SANTUZA BRETAS DE  
ALMEIDA:57640882672

Assinado de forma digital por  
SANTUZA BRETAS DE  
ALMEIDA:57640882672  
Dados: 2022.03.30 10:10:20 -03'00'

**Santuza Bretas de Almeida**  
Membro Suplente

## MANIFESTAÇÃO INDIVIDUAL DE CONSELHEIROS FISCAIS

### MANIFESTAÇÃO DA CONSELHEIRA FISCAL MARIA LIZETE DA SILVEIRA

O Conselho Fiscal é subordinado ao CORPO SOCIAL e não a outro colegiado e além disto tem obrigações previstas no Código Civil (Lei 10.406, art. 1066 a 1070) e Lei 6404/10303, artigos 163 a 165, de forma que como conselheira fiscal tenho responsabilidades previstas estatutariamente e legalmente.

No âmbito da Agência Nacional de Saúde (ANS); a RN 443, de 25 de janeiro de 2019, reforça que devem ser adotados os princípios quanto à **TRANSPARÊNCIA, EQUIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS** além da responsabilidade corporativa.

O Guia do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, deixa claro que “O conselho fiscal é um órgão fiscalizador INDEPENDENTE da diretoria e do conselho de administração, que busca, através dos princípios da **TRANSPARÊNCIA, EQUIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS**, contribuir para o melhor desempenho da organização”

Nesta condição, destaco as RESSALVAS abaixo, referentes ao exercício de 2021.

### 1) AÇÕES TRABALHISTAS –

No Parecer do ano de 2021, efetuei registro a respeito de ações trabalhistas em que o Patrocinador foi réu. Informei, também, que desde 2019, o CF efetuou diversas manifestações: 132/2019, 152/2019, 172/2019, 196/2019, 04/2020, algumas anteriores à reforma estatutária de 2019.

No entanto, desde 2019, a informação recebida apontava de maneira geral para as dificuldades de cobrança de valores relacionados, como a exemplo da Súmula 643/19 e, isto levava a constantes pedidos de informações.

9.2 Desta forma, não é qualquer ação proposta por empregado em desfavor do Banco do Brasil que tem reflexo nas contribuições devidas à CASSI, mas apenas aquelas que impactam nos proventos gerais dos empregados do BB associados à CASSI.

Ainda, em maio de 2019, o CF identificou a inexistência de razão contábil para registro das contribuições patronais relativas às ações judiciais, para valores pessoais dos associados, conforme respostas recebidas da Cassi, constantes na Súmula 408/19, item 9.1.3.

**Conta: “311.401.075 – Contribuição Reclamatória Trabalhista”**

Até fevereiro/2012 os valores referentes a essas ações eram contabilizados de maneira única afetando a conta de Reclamatória Trabalhista, fato este que não permitia a extração das informações segregadas por tipo de contribuição “pessoal” e “patronal”.

A partir de março/2012 esses valores passaram a ser lançados em duas classes gerenciais, fato esse que viabilizou os registros apartados dessas reclamatórias. Entretanto, quando esses valores são importados para a contabilidade, os mesmos apontam para uma única conta contábil. Nesse segundo cenário, muito embora a CASSI apresente o valor pessoal e patronal agrupado, é possível verificar, de forma gerencial, a segregação por tipo de contribuição.

A partir da apresentação dos resultados do mês de maio/2019 ao Conselho Fiscal, já será possível verificar as contribuições referentes às reclamatórias trabalhistas de forma apartada também nos resultados contábeis por meio da conta contábil “311.402.075 – Contribuição Reclamatória Trabalhista Patronal”. Acrescenta-se, ainda, que já foram realizados os ajustes dessas contribuições referentes ao período de janeiro a abril de 2019.

Esclareço que os registros nessa conta referem-se a contribuições espontâneas efetuadas por associados e, por isto, a necessidade de averiguação desta ocorrência.

Em 2019, foram recebidos dados da Anabb – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, referentes ao universo de ações trabalhistas, mas os estudos posteriores em virtude das insistentes cobranças do CF, apresentados pela Gerência Jurídica da Cassi, insistiam em demonstrar a dificuldade para efetuar tal cobrança. Foi prospectado teste piloto na justiça em Brasília em que, na opinião do jurídico da Cassi, a relação custo x benefício não justificaria tal busca.

Somente em 2020, foi tomado conhecimento de Convênio existente entre o Patrocinador datado de 2010, em que havia obrigações do Patrocinador com à Cassi, tais como calcular e cobrar a contribuição pessoal e patronal de associados que receberem indenização advindas de causas trabalhistas, assim como prestar e informar à Cassi, em até dois dias úteis anteriores à data do crédito, os valores referentes às indenizações. Também em 2020, o CD passou a determinar a busca de acordo com o Patrocinador, considerando o convênio existente desde 2010. Esse tema, foi abordado em ressalvas por mim efetuadas no Relatório de 2021.

Em fevereiro de 2021, o CF reitera (Decisão 0123/2021) a importância de tratativas negociais com o Patrocinador, pois o posicionamento apresentado se limitava às dificuldades encontradas. Nesta oportunidade, esta Conselheira, registrou a proposta de contratação de parecer jurídico independente para análise de todas as possibilidades de cobrança, assim como a contratação de auditoria independente para identificação de eventuais falhas no processo e mitigação de riscos futuros.

Foi contratada uma consultoria independente que confirmou as responsabilidades do Patrocinador. Registro que em setembro e outubro de 2019, um ex-Diretor cujo mandato encerrou em 2020, efetuou manifestação similar ao consultório de advocacia contratado, em duas Súmulas, mas foi voto vencido.

Considerando que ativo é um recurso presente controlado pela entidade com o resultado de eventos passados, a falta de controle sobre o recurso impede o registro deste ativo, CPC 00 (R2), item 4.20. Esta situação reforça a identificação dos controles que falharam, assim como o levantamento das causas que levaram a esta situação, razão pela qual reforço a necessidade de contratação de auditoria independente, pois até o momento não foi atendida a recomendação apresentada em fevereiro/21. Quanto às dificuldades para estimativa dos valores a mensurar, recomendo a utilização, como base de cálculo, dos valores divulgados pelo Patrocinador, quanto ao pagamento de ações trabalhistas, aplicados os percentuais de contribuição do associado e patronal, e deduzidos os recebimentos espontâneos ocorridos, desde 2010.

O processo é permanentemente acompanhado e monitorado pelo CF e deixo registrado que, em março/21, os conselheiros fiscais eleitos; Maria Lizete da Silveira, Antônio Roberto Andretta, Hamilton Biscalquini, Fernanda Bispo e Maria da Conceição Spohr, solicitaram a inclusão de auditoria deste processo, retroativa à 2010, no programa de auditoria interna ou a contratação de auditoria externa específica sobre o tema.

## **2) AUDITORIA CONTÁBIL PEL/PEONA – IMPACTOS NO RESULTADO DE /2018**

Este fato é recorrente, registrado na minha opinião referente ao relatório de 2019, a seguir presto contas das ações solicitadas e efetuadas em 2021.

Em janeiro de 2021, efetuei registro e, apresentei, novamente fatos relevantes que considero relevantes relativos aos resultados da Cassi, desde 2016, pois conforme gráfico abaixo há evidência de que em 2016, após a aprovação do BET houve incremento de valores observados em Eventos

Indenizáveis Líquidos. Como a razão oficial deste incremento precisa ser esclarecida, solicitei que fosse identificada as causas por trabalho de auditoria interna ou externa.

Com relação à PEONA, o gráfico e tabelas abaixo demonstram que o valor estimado ao ficar evidente a elevação da estimativa no período, portanto considerado como despesa em 2018, foi superior ao observado posteriormente.



Como esta situação pode ter tido efeito impactante no resultado NEGATIVO de R\$ 377,6 milhões, de 2018, solicitei que fosse incluído no programa de auditoria interna da Cassi ou contratada auditoria externa, com acompanhamento do CF, desses efeitos desde 2016, pois a informação teve efeitos relevantes na vida dos associados. A solicitação de auditoria externa é recorrente, desde 2019, mas sem se obtinha a maioria dos votos no CF, de forma que não ocorria a decisão.

Nas ocasiões em que o problema foi tratado, ocorreu sistematicamente a justificado que se trata de metodologia própria aprovada pela ANS, no entanto o que se pretende saber é o impacto no resultado que pode ter levado a diversas interpretações por parte dos associados e o Órgão Regulador. Contabilmente, as despesas de provisões a maior em um exercício terão efeitos positivos em resultados posteriores, o que é conhecido na contabilidade atual como de suavização pois ocorrerá reversão da despesa (quando uma conta de despesas tem mais créditos do que débitos).

Em julho de 21, ao tomar conhecimento do resultado da consultoria efetuei com foco na metodologia, sem avaliar o impacto no resultado da Cassi, efetuei o seguinte registro:

Manifestação da Conselheira Maria Lizete

Registro que o parecer apresentado não trata objetivamente do impacto da PEONA no resultado NEGATIVO da Cassi de R\$ 377 milhões, em 2018. Acrescento, ainda, que em maio daquele ano houve alteração de metodologia do cálculo da PEONA conforme informado ao CF.

Na tabela abaixo estão apresentados os valores estimados e observados em 2018, podendo-se verificar as diferenças significativas.

	<b>Estimada</b>	<b>Observada</b>
jan/18	547,765,277.00	464,682,313.00
fev/18	545,102,734.00	439,735,920.00
mar/18	538,730,986.00	498,740,814.00
abr/18	531,344,676.00	455,961,882.00
mai/18	532,781,985.00	432,759,684.00
jun/18	555,073,890.00	444,337,641.00
jul/18	534,086,808.00	427,273,277.00
ago/18	542,754,685.00	421,107,720.00
set/18	531,586,649.00	394,391,147.00
out/18	508,809,546.00	407,509,143.85
nov/18	488,515,807.00	411,780,063.48
dez/18	474,379,296.00	408,872,322.00

Fonte: Súmula 338/2020, de 27.05.2020

Considerando que as despesas com as provisões de PEONA:

- a) elevam os Eventos Indenizáveis Líquidos;
- b) elevam as provisões no Passivo;
- c) impactam o resultado do exercício;
- d) têm efeito nos indicadores avaliados pela ANS;
- e) têm efeito nas necessidades de provisões de ativos garantidores;
- f) têm efeito nas reservas da Cassi;
- g) a alteração de metodologia é de iniciativa da Cassi para aprovação pela ANS;
- h) que em setembro de 2018, foi iniciado o processo de consulta de alteração estatutária junto ao corpo de associados;
- i) os possíveis efeitos do descumprimento das exigências da ANS, terem levado à Direção Fiscal na Cassi.

Considerando, ainda, que os controles internos são de responsabilidade da governança da Cassi e a existência de estrutura, reforço a importância do monitoramento e das divulgações das informações.

“O monitoramento é a avaliação dos controles internos ao longo do tempo. Ele é o melhor indicador para saber se os controles internos estão sendo efetivos ou não.

O monitoramento é feito tanto através do acompanhamento contínuo das atividades quanto por avaliações pontuais, tais como auto-avaliação, revisões eventuais e auditoria interna.

A função do monitoramento é verificar se os controles internos são adequados e efetivos. Controles adequados são aqueles em que os cinco elementos do controle (ambiente, avaliação de riscos, atividade de controle, informação &

comunicação e monitoramento) estão presentes e funcionando conforme planejado. Controles são eficientes quando a alta administração tem uma razoável certeza:

- Do grau de atingimento dos objetivos operacionais propostos;
- De que as informações fornecidas pelos relatórios e sistemas corporativos são confiáveis; e
- Leis, regulamentos e normas pertinentes estão sendo cumpridos.”

SOLICITO complemento do Parecer da empresa de consultoria incluindo MANIFESTAÇÃO a respeito do impacto das provisões de PEONA no resultado negativo e indicadores apresentados no exercício de 2018 e a consequência da suavização destas despesas nos resultados e indicadores dos anos seguintes.

REGISTRO que a consultoria não trouxe qualquer aspecto desconhecido anteriormente sobre a questão dos 36 meses anteriores, assim como apresenta Tabela semelhante a gerada internamente, sem identificar as causas e as variações significativas ocorridas entre agosto/2016 e maio/2017. Relembro, que em dezembro/2015, foi aceita pelos associados o aumento de 1% como contribuição temporária e o pagamento de Patrocinador de benefício temporário.

REGISTRO que houve alteração da metodologia em MAIO/2018, para adequação da metodologia cabendo o MONITORAMENTO da metodologia aprovada e de suas consequências no resultado à governança da Cassi. Constatada as diferenças ocorridas no ano de 2018 entre o observado e estimado deveria ser de ponto de acompanhamento CONSTANTE frente ao RESULTADO, inclusive nos ANOS SEGUINTEs, pois o resultado de despesa de provisão a maior resulta em reversão posteriormente.

REFORÇO que a SUAUIZAÇÃO do efeito NEGATIVO causou ou ainda causa efeitos POSITIVOS nos exercícios seguintes que podem levar a VIÉS de interpretação dos resultados obtidos posteriormente, motivo pelo qual

Tal fato exige, em razão da EQUIDADE de informações e PRESTAÇÃO DE CONTAS junto aos associados DIVULGAÇÃO e TRANSPARÊNCIA pela significância dos valores e seus efeitos nas decisões de gestores e associados.

Finalizei solicitando MANIFESTAÇÃO COMPLEMENTAR da empresa de consultoria ou contratação de auditoria externa INDEPENDENTE, com acompanhamento do CF, para atendimento da demanda, no entanto não fui atendida.

## **OUTRAS CONSTATAÇÕES**

### **A) ANÁLISE DO RESULTADO DA CASSI –**

Inicialmente, é importante lembrar que resultado contábil não significa resultado financeiro. As contas contabilizadas como provisões impactam o resultado contábil, antes de seu pagamento e podem ser realizadas por estimativas, que posteriormente serão observadas. Conforme explicado anteriormente, se forem a maior, em exercício futuro terão efeito positivo e se, a menor terá efeito negativo no resultado da entidade. Em razão disto, é importante a análise de todos os demonstrativos para o exame da situação econômico-financeira seja o mais representativo. No entanto, a ANS, enquanto não for totalmente implantada as RN 443 e 451, avalia os indicadores pelo resultado contábil.

Apresento, a seguir, as principais constatações:

- a) O resultado apresentado pela Cassi de R\$ 353 milhões, têm um componente não divulgado no valor de R\$ 229 milhões positivos, referente às reversões de Provisões de Eventos a Liquidar;
- b) Ao se observar a composição dos Passivos, se verifica que 91% das obrigações são constituídas de provisões, portanto já foram contabilizados como despesas. As provisões são estimativas e algumas têm aspectos discricionários e a PEL e PEONA totalizaram R\$ 1,282 bilhão;
- c) Ao se observar os ativos, se nota que as aplicações financeiras registradas (garantidoras e livres) representam R\$ 3,8 bilhões, portanto 93% do ativo;
- d) O DFC demonstra que no ano de 2021, houve recebimentos operacionais no valor de R\$ 6,264 milhões, indicando uma média mensal de R\$ R\$ 522 milhões;
- e) O DFC evidencia que foram pagos o equivalente R\$ 5,5 bilhões a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde, que representa um pagamento médio mensal de R\$ 462 milhões;
- f) Na análise da DRE, se constata que os Eventos Indenizáveis Líquidos totalizaram R\$ 5,771 bilhões com uma média mensal de R\$ 480 milhões. Esta média mensal é maior do que foi efetivamente desembolsado em razão da contabilização das provisões para atender o regime de competência contábil e as exigências do regulador;
- g) Ao se analisar o Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC), constata-se que no ano de 2021, houve aumento de R\$ 470 milhões em aplicações financeiras, pois foram resgatados R\$ 6,02 bilhões e aplicados R\$ 6,49 bilhões.
- h) O RESULTADO apresentado pela Cassi em 2021, sem os efeitos decorrentes da alteração estatutária de 2019, registrou prejuízo de R\$ 475 milhões. Na reunião de fevereiro/22, quando foi apresentado o resultado de 2021, solicitei a DRE desta situação e a respectiva Nota Explicativa, mas não houve atendimento;

- i) Ao se estudar o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, se constata que ocorreram perdas referentes a Títulos e Valores Mobiliários, em 2020 e 2021, totalizando R\$ 9,231 milhões que reduzem o Patrimônio Líquido. Os TVM devem ser atualizados a valor justo no final de cada exercício.

## **B) PLANO ESSENCIAL**

Em junho de 2021, foi lançado o Plano Essencial e projetado, já para seu primeiro mês de comercialização, receitas na ordem de R\$ 21,9 milhões e a entrada de 11.064 beneficiários. No entanto, até dezembro/21, o Plano possuía 2.847 participantes, sendo que 1.072, são advindos do Cassi Família. De forma que o lucro divulgado, de R\$ 3,2 milhões merece esta observação. Pelo fato da Cassi, ser classificada como autogestão, ela possui limitações na comercialização de produtos, pois só podem ser oferecidos a parentes até 4º dos associados.

## **C) CONVÊNIOS DE RECIPROCIDADE**

Os registros contábeis deste segmento são efetuados dentro do grupamento Associados, com acompanhamento gerencial paralelo sem divulgação/transparência junto aos Associados (devedores solidários).

Por exemplo, em 2021, pela avaliação gerencial foi obtido RDO (Ressarcimento de Despesa Administrativa), de R\$ 36 milhões. As despesas administrativas calculadas representaram de R\$ 5,552 milhões, e compostas diversas categorias contábeis:

- a) custo de atendimento de processamento; R\$ 3,627 milhões;
- b) custo administrativo R\$ 921 mil;
- c) custo de oportunidade R\$ 427 mil; e,
- d) custo de GIH R\$ 578 mil.

Nesta modalidade, a Cassi efetua o pagamento dos serviços assistenciais para posterior recebimento acrescida taxa do RDO.

## **D) CONVÊNIO CASSI PATROCINADOR COM EX CONVÊNIOS DE RECIPROCIDADE**

Em julho/21, o CF tomou conhecimento de que foram incorporados 5 ex-funcionários de antigo convênio de reciprocidade, referente a bancos adquiridos pelo patrocinador, no grupamento Associados. Embora os propósitos da alternativa administrativa sejam para cumprimento de decisão judicial desfavorável ao patrocinador com a incorporação desses participantes, o Inciso II do Artigo 6 do Estatuto da Cassi, rejeita literalmente o ingresso de aposentados não contribuintes da PREVI na condição de associados.

Com relação a esta questão solicitei os registros a seguir, mas sem atendimento, até o momento:

- a) apresentar a ação judicial que gerou o contrato em questão;
- b) exibir resumo dos processos judiciais em andamento referente às de ações que podem ocasionar novas situações similares; e,
- c) informar, as razões para a incorporação contábil destas contas no grupo de associados considerando o conhecimento da tramitação de outras ações;
- d) Parecer de consultoria jurídica independente a respeito das questões estatutárias;
- e) Divulgação em NE, para conhecimento dos associados.

#### **E) RELAÇÃO REDUÇÃO DE ASSOCIADOS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS X DESPESAS OPERACIONAIS**

De acordo com NE 1, excluindo os convênios de reciprocidade, a Cassi no período entre 2020 e 2021, teve uma redução de 26.723 associados ou participantes., mesmo com o lançamento do Plano Essencial.

No período, as despesas administrativas consolidadas (NE 22) tiveram um incremento de 14,5%, saindo de R\$ 334 milhões, em 2020; para R\$ 383 milhões em 2021; e as Outras Despesas Operacionais (NE 21) evoluíram de 153 milhões para R\$ 173 milhões, excluídos os efeitos da taxa de repasse. No período houve incremento de Provisão para Perda Sobre Créditos superior a R\$ 12 milhões (NE 21) e as despesas operacionais foram superiores a R\$ 116 milhões (NE 21), formada por Demandas Judiciais (R\$ 36 milhões), Perda Operacional (R\$ 37 milhões e Despesas Administrativas CliniCassi (R\$ 41 milhões).

Esta relação inversa entre quantidade de associados e por conseguinte, redução de contraprestações e a evolução positiva das Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais apresenta e necessidade de adoção de medidas tempestivas para evitar riscos atuariais futuros. É de conhecimento de que, normalmente, a correção salarial dos associados é inferior à inflação médica, e de que as contribuições dos aposentados tendem a serem reduzidas. Registra-se, também, a necessidade TRANSPARÊNCIA de gastos, assim como o controle de qualidade Telemedicina, uma vez que conforme divulgado pode reduzir os gastos assistenciais.

#### **F) TERRENO REGISTRADO NO IMOBILIZADO**

Repasso informações recebidas da Cassi, em complemento à Nota Explicativa 11, sobre imóvel contabilizado em Investimentos no Ativo.

As edificações naquela área são regulamentadas pela Norma de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 64/89, que, em síntese, traz as seguintes diretrizes:

- a) Capacidade máxima de ocupação do lote: 2.500 m<sup>2</sup>;
- b) Capacidade máxima de construção no lote: 5.000 m<sup>2</sup> limitados à altura máxima de 24 metros;
- c) Capacidade máxima de construção subterrânea: 5.000 m<sup>2</sup>. Porém, a área deve ser utilizada como garagem, outro uso será descontado da capacidade de construção térrea;
- d) Número máximo de pavimentos: Seis, o que resultaria em 833,34 m<sup>2</sup> por pavimento.
- e) O uso de imóvel é permitido para atividades hospitalares, de serviços profissionais e de negócio.

Valor de Mercado:

Em 01/2022 foi elaborado laudo de avaliação de valor de mercado, que apontou preço para venda R\$ 44.433.000,00 (Quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil reais), no entanto, conforme Nota Explicativa 11, está registrado sem avaliação do ativo ao valor justo, pois é vedada pela ANS.

Situação atual e pendências sobre o imóvel:

A CASSI mantém o imóvel alugado no valor de R\$ 29.626,21 mensais, acrescido dos impostos, correspondendo a 0,066% do valor avaliado. O imóvel vem sendo indicado como garantia em algumas execuções judiciais movidas contra a CASSI. Solicito avaliar a rentabilidade do imóvel frente ao oferecido pelo mercado.

**G) REGISTRO CONTÁBIL DO GRUPAMENTO ASSOCIADOS (FATO RECORRENTE)**

Em complemento às informações referentes aos Convênios de Reciprocidade, destaco que permanece o fato registrado no ano passado quanto à escrituração contábil do grupamento Associados em que há diversas modalidades que o compõe.

A segregação de informações por modalidades de participantes é necessária para atender os princípios básicos contábeis na geração de adequada informação e deve ser divulgada de forma transparente para os associados que são os principais interessados, pois são devedores solidários.

Ex de situações existentes:

- a) Autopatrocinado e licença-interesse não contribuem sobre 13<sup>o</sup> salário, diferentemente dos associados. Conforme NE 1, em 2021, os dois grupamentos representavam 1073 participantes;

- b) Funcis Cassi – São 5.750 (NE 1) participantes e a Cassi possui 2.734 colaboradores (NE 26) no seu quadro próprio, de forma que a diferença contempla os dependentes. Na NE 19, fica evidenciado que a contribuição pessoal é de R\$ R\$ 7,570 milhões e a contribuição patronal da CASSI é de R\$ 22,295 milhões, representado uma relação de participação de 34% para os funcionários e 66% para o patrocinador CASSI.
- c) Convênios de Reciprocidade;
- d) Decisões Judiciais;
- e) Funcis Previ e, etc

#### **H) APP CASSI – FINANCEIRO (FATO RECORRENTE))**

Permanece sem disponibilização as informações referentes às contribuições do Patrocinador para os associados. Este fato já foi registrado no relatório do ano passado e o CF também sugeriu esta medida no exercício, mas sem a devida implantação. O associado necessita verificar e acompanhar a sua contribuição efetiva para a Cassi. Desta forma, entende-se, também, que há valorização das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Maria Lizete da  
Silveira

 Assinado de forma digital por  
Maria Lizete da Silveira  
Dados: 2022.03.30 13:32:38 -03'00'

Maria Lizete da Silveira  
Conselheira Fiscal Eleita (Período 2018/2022)

#### **MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS HAMILTON OMAR BISCALQUINI, ANTÔNIO ROBERTO ANDRETTA, FERNANDA BISPO DE SOUZA, TARCISO MADEIRA E MARIA DA CONCEIÇÃO SPOHR**

Inicialmente, reafirmamos, porque importantes, as citações inclusive legais que a Conselheira Maria Lizete da Silveira registra no primeiro parágrafo de sua Manifestação Pessoal.

Assinamos com ela os registros exarados, no tópico “1” Ações Trabalhistas e nos itens “C”, “D”, “F”, “G” e “H” do tópico Outras Manifestações do referido Manifesto porque, inclusive, foram objeto de conhecimento nas reuniões desse Conselho Fiscal e efetivamente registrados em ATA.

No entanto, no que se refere às Despesas Administrativas, cumpre salientar que a CASSI passa por Reestruturação Organizacional que inclui a modernização de

sistemas de TI e redistribuição de cargos e funções o que, em alguns casos, implica em simples remanejamento de pessoal, sendo, pois, prudente aguardar os resultados dessas alterações. Não obstante, é importante salientar e não se pode perder de vista, que o contínuo controle e monitoramento das despesas, sejam elas de qualquer natureza, são essenciais para o equilíbrio financeiro do plano.

Relativamente à auditoria independente solicitada para o assunto PEONA, cumpre registrar que a mesma visava, em princípio, testar a eficiência e a qualidade da metodologia do cálculo atuarial submetida à ANS e por ela aprovada. No entanto, salientamos que conforme registrado pela Conselheira, aquela provisão merece contínuo acompanhamento e controle, porque influencia o valor das reservas obrigatórias, regulamentadas pela mesma ANS e que têm interferência direta no resultado contábil.

HAMILTON OMAR  
BISCALQUINI:0072  
9868168

Assinado de forma digital por  
HAMILTON OMAR  
BISCALQUINI:00729868168  
Dados: 2022.03.21 11:49:24  
-03'00'

Hamilton Omar Biscalquini

ANTONIO ROBERTO  
ANDRETTA:00959235949

Assinado de forma digital por  
ANTONIO ROBERTO  
ANDRETTA:00959235949  
Dados: 2022.03.21 15:04:20 -03'00'

Antônio Roberto Andretta

 Documento assinado digitalmente  
FERNANDA BISPO DE SOUZA  
Data: 31/03/2022 09:31:39-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Fernanda Bispo de Souza

 Documento assinado digitalmente  
TARCISO MADEIRA  
Data: 30/03/2022 22:46:24-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Tarciso Madeira

MARIA DA CONCEICAO  
SPOHR:27879020063

Assinado de forma digital por MARIA  
DA CONCEICAO  
SPOHR:27879020063  
Dados: 2022.03.21 18:19:24 -03'00'

Maria da Conceição Spohr

## Aprovação do Conselho Deliberativo

Em 25 de março de 2022, o Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI, no uso das competências de que trata o inciso XVI do artigo 41 do Estatuto Social da entidade, examinou e aprovou o Relatório Anual de Atividades da CASSI referente ao exercício findo de 31.12.2021.

Brasília (DF), 25 de março de 2022.

SERGIO

FARACO:06534325

853

Assinado de forma digital por  
SERGIO FARACO:06534325853  
Dados: 2022.03.27 08:30:07  
-03'00'

---

Sergio Faraco  
Presidente